



**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ – SR21/AP
DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS**

**Relatório de Análise de Mercados de Terras do
Estado do Amapá
(Mercado Regional de Terras Leste e Mercado
Regional de Terras Oeste)**

Aprovado pela Câmara Técnica em ____ de _____ de 2019.

Aprovado pelo Comitê de Decisão Regional em ____ de _____ de 2019.

Macapá/AP
Maio-2019



**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ – SR21/AP
DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS**

**Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá – RAMT-AP
(Mercado Regional de Terras Leste e Mercado Regional de Terras Oeste)**

Comissão responsável pela pesquisa a campo

Peritos Federais Agrários:

Manoel do Socorro Learte Mareco SR-21-AP
Antonio Luiz Cavalcante de Souza SR-21-AP
Ivanoel Marques de Oliveira SR-21-AP
Marcos José do Espírito Santo Quadros SR-21-AP
Mateus Francisco Pagliarini SR-21-AP
Wilson Mota Figueiredo SR-21-AP

Elaboração

Peritos Federais Agrários:

Antonio Luiz Cavalcante de Souza SR-21-AP
Manoel do Socorro Learte Mareco SR-21-AP
Allan Vinícius Pires Lisboa SR-20-ES

Macapá/AP
Maio-2019

Sumário

Sumário 3

1 Introdução 1

2 Descrição e Delimitação Geográfica dos Mercados Regionais de Terras (MRT) 3

3 Aspectos da Estrutura Fundiária do Estado do Amapá 5

4 Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá 6

5 Aspectos Gerais dos Mercados Regionais de Terras 12

6 Análise dos Mercados Regionais de Terras 15

7 Análises dos resultados e Planilha de Preços Referenciais (PPR) 38

8 Referência Bibliográfica 57

Lista de Figuras

Figura 01 - Mercados Regionais de Terras do Estado do Amapá: MRT Leste e MRT Oeste.....	5
Figura 02 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá.....	7
Figura 03 - Vegetação predominante no Estado do Amapá.....	14
Figura 04 -Mapa do MRT Leste evidenciando os municípios.....	16
Figura 05 - Bacias Hidrográficas do MRT Leste.....	17
Figura 06- Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Leste.....	19
Figura 07 - Principais Infraestruturas do MRT Leste e MRT Oeste.....	20
Figura 8 - Mapa do MRT Oeste evidenciando os municípios.....	28
Figura 9 - Bacias Hidrográficas do MRT Oeste.....	29
Figura 10 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Oeste.....	31

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Municípios Integrantes do MRT Leste.....	15
Tabela 02 - Produção Extrativista no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por tipo de produto.....	23
Tabela 03 - Área com lavoura temporária (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por cultura.....	23
Tabela 04 - Área com lavoura permanente (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por cultura.....	25
Tabela 05 - Efetivo dos rebanhos (cabeça) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por tipo de rebanho.....	25
Tabela 06 - Produção da aquicultura no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por tipo de produto.....	26
Tabela 07 - Municípios Integrantes do MRT Oeste.....	27
Tabela 08 - Produção Extrativista no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por tipo de produto.....	34
Tabela 09 - Área com lavoura temporária (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por cultura.....	34
Tabela 10 - Área com lavoura permanente (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por cultura.....	36
Tabela 11 - Efetivo dos rebanhos (cabeça) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por tipo de rebanho.....	36
Tabela 12 - Produção da aquicultura no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste por tipo de produto.....	37
Tabela 13 - Tipologias e seus respectivos Níveis Categóricos.....	39
Tabela 14 - Número, porcentagem de elementos e média de VTI e VTN por tipologia.....	41
Tabela 15 - Tipo, número e porcentagem de elementos amostrais por tipologia.....	42
Tabela 16 - Número de amostras de Negócios Realizados (NR) por mês no MRT Leste.....	43
Tabela 17 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Leste - Valor Total do Imóvel.....	44
Tabela 18 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Leste - Valor de Terra Nua.....	45
Tabela 19 - Tipologias e seus respectivos Níveis Categóricos.....	46
Tabela 20 - Número, porcentagem de elementos e média de VTI e VTN por tipologia.....	48
Tabela 21 - Tipo, número e porcentagem de elementos amostrais por tipologia.....	49
Tabela 22 - Número de amostras de Negócios Realizados (NR) por mês no MRT Oeste.....	50
Tabela 23 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Oeste - Valor Total do Imóvel.....	51
Tabela 24 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Oeste - Valor de Terra Nua.....	52

1 Introdução

Na concepção de mercado como o ambiente social ou virtual propício às condições para a troca de bens e serviços, pode-se afirmar que os mercados de terras no Brasil são caracterizados por desigualdades estruturais, decorrentes da concentração de terras em mãos de poucos. Nestas condições, os agricultores com pouca ou sem terra, são excluídos por não conseguirem adquirir terra em decorrência dos elevados preços de mercado.

Diante dessa realidade, de estrutura agrária concentrada e uso não social da terra, não há como o Estado abdicar da possibilidade de se apropriar de conhecimentos e informações da realidade dos mercados regionais de terras a fim de balizar cotação justa e real nos processos de aquisição e destinação de terras.

O desenvolvimento de mecanismos que permitam o acompanhamento periódico e sistemático da dinâmica dos mercados regionais de terras possibilita o planejamento e a mensuração do impacto das políticas públicas de intervenção na realidade agrária brasileira. Qualquer entidade que se proponha a atuar ou intervir nos mercados de terras necessita identificar as variáveis chaves, bem como obter conhecimentos sobre a formação, evolução e especificidades da dinâmica dos diferentes mercados.

Nessa perspectiva, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desenvolveu uma metodologia para o acompanhamento da evolução dos mercados de terras regionais no Brasil, cuja sistemática de operacionalização está estabelecida no Módulo V do Manual de Obtenção de Terras, com detalhamento dos procedimentos técnicos e operacionais para elaboração de uma Planilha de Preços Referenciais (PPR), adotando o pressuposto de que uma PPR não deve ser elaborada isoladamente, fora de um contexto que a explique e a justifique, mas que ela deve ser o resultado de uma ação ampla e fazer parte de um documento de registros e análises de informações, com descrição do produto, não sendo entendida apenas como uma mera planilha.

Assim, a metodologia preconiza a elaboração do Relatório de Análise de Mercados de Terras (RAMT), que é o documento onde deverão estar compiladas as análises e justificativas da dinâmica dos diferentes mercados observados na área de abrangência (Mercados Regionais de Terras), apresentando ao final, como produto dessa análise, a PPR.

No presente caso, o RAMT-AP/2018 é o produto final do estudo da dinâmica e da evolução do mercado de terras no âmbito do estado do Amapá.

Os trabalhos para elaboração do presente relatório foram realizados pelos Peritos Federais Agrários (Engenheiros Agrônomos) do quadro de servidores do INCRA, lotados na Superintendência Regional do Amapá com suporte técnico de um (Engenheiro Agrônomo) lotado na Superintendência Regional do Espírito Santo.

A elaboração do RAMT compreendeu várias etapas: **etapa I:** delimitação dos Mercados Regionais de Terras (MRT) por meio de análise de agrupamento (*cluster analysis*) com o objetivo de dividir as áreas de abrangência de cada SR em Zonas Homogêneas que correspondem aos MRT's; **etapa II:** Levantamento de dados e informações disponíveis na SR sobre cada MRT. Pesquisa bibliográfica sobre os MRT's. Elaboração, pela Câmara Técnica - ambiente de discussões técnicas dos Peritos Federais Agrários no INCRA-AP de lista preliminar de tipologias de uso conhecidas em cada MRT, as quais confirmadas após as pesquisas de mercado; **etapa III:** pesquisas de mercado nos MRT's; **etapa IV:** definição das tipologias de uso de imóveis para cada MRT e das tipologias de mercado definido e de mercado consolidado; **etapa V:** cálculo do valor médio e do campo de arbítrio para a amostra geral de elementos do MRT e para as tipologias de uso com mercado definido e com mercado consolidado; **etapa VI:** análise dos indicadores do comportamento de mercado; **etapa VII:** elaboração do RAMT e da PPR. Constituição do processo administrativo contendo as fichas de pesquisa, as planilhas de tratamento de dados, todos os documentos utilizados e o RAMT; **etapa VIII:** análise pela Câmara Técnica e encaminhamento para o Comitê de Decisão Regional (CDR) para deliberação e; **etapa IX:** encaminhamento do processo à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT) para registro.

No cálculo da média geral e do campo de arbítrio dos mercados regionais foram utilizados os valores das amostras de todas as tipologias. As tipologias sem mercado definido compõem o RAMT integrando o cálculo da média geral, porém não estão listadas na PPR. Estas tipologias poderão definir e consolidar mercados futuramente, quando então será calculada a média e o campo de arbítrio específico.

A PPR de cada MRT especifica o Valor Total do Imóvel (VTI) e o Valor de Terra Nua (VTN) segundo as tipologias de uso da terra e é composta pelas tipologias com mercado definido, suas médias e campos de arbítrio, bem como a média e o campo de arbítrio geral do MRT.

Os elementos amostrais foram obtidos pelos Peritos Federais Agrários em visitas a imóveis rurais no mês de outubro e novembro de 2018, compondo-se de negócios realizados, ofertas e opiniões fundamentadas em todo Estado.

Após o devido registro e publicação, a PPR estará apta para ser utilizada como

parâmetro de VTI e VTN para obtenção de terras nos processos coordenados pelo INCRA que serão incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (desapropriação e compra), bem como de alienação de terras públicas (titulação de imóveis rurais em processos de regularização e legitimação fundiária).

No entanto, é necessário ressaltar que a PPR é apenas uma referência e que em casos específicos as avaliações administrativas realizadas pelos peritos do INCRA poderão conter o VTI fora das margens da PPR. Nesses casos, o perito responsável pela avaliação deverá justificar tal fato e a decisão sobre a aquisição ou não do imóvel será tomada de acordo com as alçadas decisórias do INCRA estabelecidas em norma específica.

2 Descrição e Delimitação Geográfica dos Mercados Regionais de Terras (MRT)

Considera-se MRT determinada área ou região na qual incidem fatores semelhantes de formação dos preços de mercado e onde se observam dinâmicas e características semelhantes nas transações de imóveis rurais, podendo ser entendido como uma zona homogênea de características e atributos sócio-geoeconômicos que exercem influência na definição do preço da terra (INCRA, 2014).

Para a delimitação geográfica dos mercados regionais utilizou-se a ferramenta estatística denominada análise de agrupamento (análise “cluster”), adaptada ao contexto de zonas homogêneas para definição do preço de terras.

Na análise dos agrupamentos para identificação e delimitação dos mercados regionais foram utilizadas variáveis extraídas do último Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006.

A identificação e definição das tipologias de uso de imóveis foram feitas em discussões na Câmara Técnica Regional, composta pelos Peritos Federais Agrários do INCRA/AP, como ambiente formal multidisciplinar de reuniões técnicas com objetivo de aprimoramento dos processos e métodos técnicos de estudos e discussões, a qual integra a estrutura organizacional da Instituição.

As variáveis do Censo Agropecuário utilizadas na identificação e delimitação dos mercados regionais foram:

1. Área total do município;

2. Lavoura permanente;
3. Lavoura temporária;
4. Área de pastagem plantada;
5. Área total de matas e floresta natural;
6. Total de despesa;
7. Valor total da produção animal;
8. Valor total da produção vegetal;
9. Valor total da produção;
10. Receita total líquida;
11. Receita total bruta;
12. Área de proprietários no município;
13. Receita bruta por unidade de área;
14. Distância do município à capital; e
15. Propriedades menores que 500 ha.

Após a análise dos dados, foram identificadas no estado do Amapá duas zonas homogêneas relativas a características e atributos sócio-geoeconômicos, com pressuposto de que fatores uniformes influenciam a definição do preço da terra, as quais passaram a constituir dois mercados regionais de terras assim denominados (Figura 01):

Mercado Regional de Terras Leste (MRT Leste) – integrado pelos municípios de Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho; e **Mercado Regional de Terras Oeste** (MRT Oeste) – integrado pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.

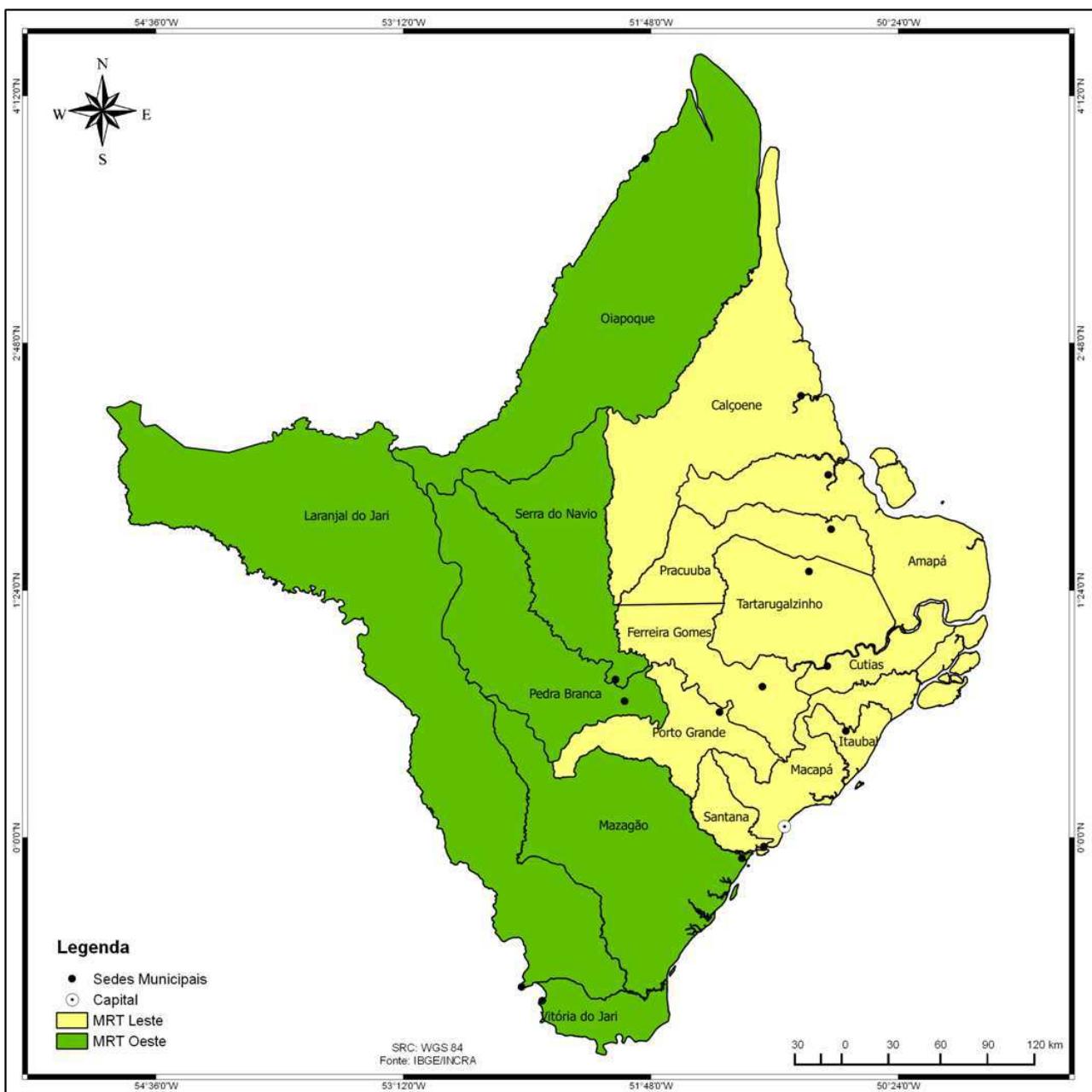


Figura 01 - Mercados Regionais de Terras do Estado do Amapá: MRT Leste e MRT Oeste

3 Aspectos da Estrutura Fundiária do Estado do Amapá

A estrutura fundiária do Estado está relacionada aos desdobramentos históricos do domínio que as terras dessa região foram submetidas desde a época em que o Amapá era vinculado ao Pará. Nessa época, os municípios tinham autonomia para conceder, vender, aforar e doar as terras de sua jurisdição; tendo como diretriz o povoamento dessa região. Durante esse período expediu-se vários títulos de posse, a maioria abrangendo extensas áreas (IEPA, [{200-?}]).

Com a criação do Território Federal do Amapá, a União passou a administrar as terras

do Amapá, mantendo a mesma diretriz da política anterior, exercendo a titulação através da emissão de Licenças de Ocupação. Essa situação só teve mudanças significativas em 1973 quando é criado o Projeto Fundiário do Amapá, gerenciado pelo INCRA, que passa a desenvolver uma política de regularização fundiária com expedição de títulos de terra (IEPA, [200-?]).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o então Território Federal do Amapá passou a condição de Estado e, portanto, a ter autonomia para delinear e estabelecer suas políticas de acordo com as peculiaridades locais. Nesse contexto, criou-se a Coordenadoria Estadual de Terras do Amapá, posteriormente transformada em Instituto de Terras do Amapá (TERRAP), hoje Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP).

A autonomia estadual sobre a administração do seu patrimônio fundiário só recentemente está sendo concretizada com a regulamentação da Lei nº 10.304/2001, pelo Decreto nº 8.713/2016, que transfere as terras da União para o domínio do Estado do Amapá.

O Amapá possui uma superfície de 142.828,520 km² (14.282.852 ha), com rarefeita ocupação territorial, alto índice de concentração fundiária e grande quantidade de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) (IBGE, 2015).

É possível afirmar que historicamente a União teve um papel importante no ordenamento territorial do Amapá, pois era responsável pela gestão de aproximadamente 80% das terras do Estado, exercendo forte influência na destinação desse território. Esse aspecto evidencia a fragilidade de governança do estado do Amapá em delinear a destinação e uso de seu patrimônio fundiário.

4 Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá

O estado do Amapá é considerado a unidade federada mais bem preservada do Brasil. Mantém intacta quase toda a cobertura florestal que recobre 90% de seu território, sendo referência em conservação da natureza com mais de 70% do Estado ocupado por 19 unidades de conservação, sendo 11 de uso sustentável e 08 de proteção integral, totalizando 8.847.135,5600 ha. Desse total, 12 são federais, 05 estaduais e 02 municipais

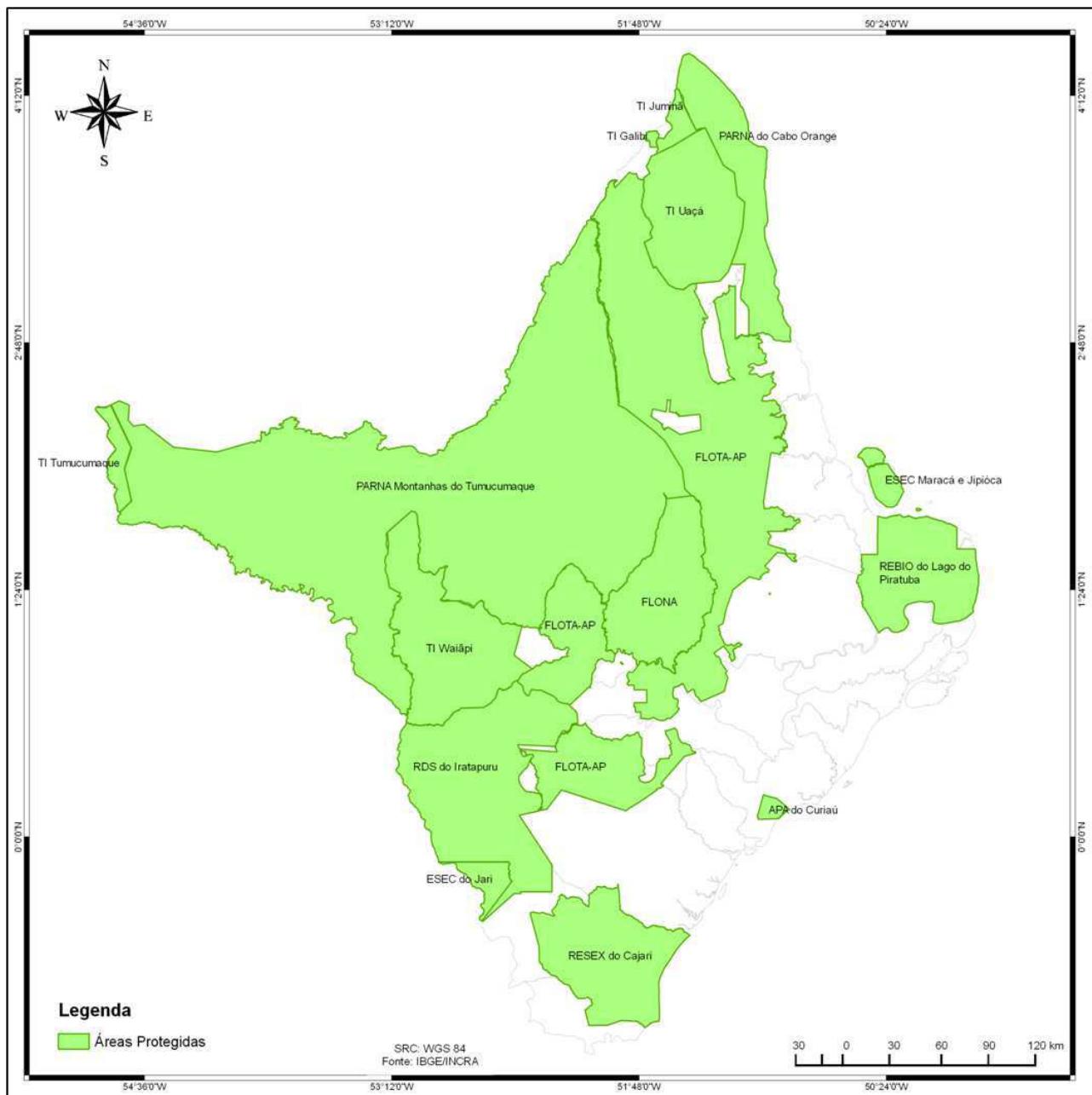


Figura 02 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá.

A seguir são discriminadas as principais Áreas Protegidas:

- Estação Ecológica do Jari

Criada pelo Decreto Nº 87.092 de 12 de abril de 1982, teve sua área ampliada pelo Decreto Nº 89.440 de 13 de março de 1984. Visa à preservação dos ecossistemas, a realização de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental. Ocupa área de 227.126 ha (duzentos e vinte e sete mil e cento e vinte seis hectares), estendendo-se do Rio Jari a leste até o Rio Paru a oeste, dois afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas, abrangendo áreas dos municípios de Almerim, no Pará e Laranjal do Jari, no

Amapá. A flora e fauna encontradas nessa unidade de conservação são características das Florestas Tropicais Úmidas: Florestas Primárias de Terra Firme, Florestas Secundárias de Terra Firme, Vegetação associada aos Afloramentos Rochosos; Floresta de Igapó e Mata Ciliar, abriga espécies endêmicas, raras, vulneráveis e ameaçadas. O percentual no estado do Amapá está localizado no município de Laranjal do Jari, compreendendo área de 55.613,7518 ha (cinquenta e cinco mil e seiscentos e treze hectares, setenta e cinco ares e dezoito centiares).

- Estação Ecológica Maracá-Jipioca

Criada em junho de 1981, engloba as ilhas Maracá Norte, Maracá Sul e Jipioca, localizadas no litoral do município de Amapá. Ocupa uma área de 72.000 ha (setenta e dois mil hectares), influenciada por um intenso processo de erosão e sedimentação. É a única unidade de conservação do Estado totalmente inserida em ambiente estuarino, com porções significativas de manguezais preservados e por isso é considerada de alta prioridade para a conservação da biodiversidade amazônica.

- Floresta Estadual do Amapá

Criada em 2006, a Floresta Estadual do Amapá é a segunda maior unidade de conservação do Estado. Situada na região nordeste do Amapá estendendo-se no sentido norte-sul, faz fronteira a oeste com o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque e com a Floresta Nacional do Amapá e a leste com o Parque Nacional de Cabo Orange, ocupando área de aproximadamente 2.369.400 ha (dois milhões e trezentos e sessenta e nove mil e quatrocentos hectares). Criada com a finalidade de incentivar o desenvolvimento econômico sustentável da região já foram desenvolvidos estudos para definição de áreas com aptidão para a produção madeireira e áreas de relevante interesse para a conservação da natureza, estando atualmente em fase de licitação o processo de concessão de áreas para manejo florestal no módulo II.

Essa Unidade de Conservação se estende pelos municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuuba, Amapá e Calçoene no MRT Leste e pelos municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Oiapoque no MRT Oeste.

- Floresta Nacional do Amapá

Criada em 1989, foi a primeira unidade de conservação de uso sustentável do Estado. Ocupa área de 412.000 ha (quatrocentos e doze mil hectares), distribuídos nos municípios de Ferreira Gomes, Pracuuba e Amapá e sua vegetação predominante é a

floresta de terra firme. O objetivo principal de sua criação é permitir a exploração madeireira sustentável na região, mas as dificuldades de acesso e a topografia ainda impedem o uso desses recursos.

- Parque Nacional do Cabo Orange

Criado pelo Decreto Federal N° 84.913 de 15 de julho de 1980, o Parque Nacional do Cabo Orange ocupa uma área de 619.000 ha (seiscentos e dezenove mil hectares) e abrange terras do litoral norte do Estado sob jurisdição dos municípios de Calçoene (MRT Leste) e Oiapoque (MRT Oeste) e estende-se ao longo da fronteira com a Guiana Francesa. O Parque é formado por extensos manguezais e florestas primárias na foz dos rios Uaçá e Cassiporé que abrigam diversas espécies de aves migratórias, além de uma população do peixe-boi marinho.

- Parque Nacional Indígena do Tumucumaque

Criado pelo Decreto 62.998, de 16 de julho de 1968, modificado pelo decreto N° 63.369, de 08 de outubro de 1968 abrangendo os estados do Pará e Amapá, tendo 3.071.067,8764 ha (três milhões e setenta e um mil e sessenta e sete hectares, oitenta e sete ares e sessenta e quatro centiares) de área regularizada. O percentual no estado do Amapá está localizado no município de Laranjal do Jari, compreendendo área de 61.929,9752 ha (sessenta e um mil e novecentos e vinte e nove hectares, noventa e sete ares e cinquenta e dois centiares).

- Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Criado em 22 de Agosto de 2002, possui área de 3.865.188,5300 ha (três milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil e cento e oitenta e oito hectares e cinquenta e três ares) distribuídos nos municípios de Oiapoque, Serra do Navio e Laranjal do Jari no MRT Oeste e Calçoene, no MRT Leste. Ocupa aproximadamente 27% do território do estado do Amapá, onde predomina a paisagem conhecida como “Escudo das Guianas”, caracterizada pelo relevo acidentado que abriga as nascentes de diversos rios. Abrange regiões consideradas biologicamente importantes e de relevante interesse para a conservação da natureza. É uma região ainda pouco estudada, mas sabe-se que abriga espécies endêmicas da flora e fauna.

- Parque Natural Municipal do Cancão

Criado pelo Decreto N° 85 PMSN, de 14 de novembro de 2007, unidade de

conservação de proteção integral, ocupa 370,26 ha (trezentos e setenta hectares e vinte e seis ares) do município de Serra do Navio, abrange ecossistema de igapós, com predominância de floresta umbrófila densa. O objetivo dessa unidade de conservação é preservação de espécies da fauna e flora amazônica, manutenção de bacias hidrográficas locais e valorização do patrimônio paisagístico e cultural do município.

- Reserva Biológica do Lago Piratuba

Criada pelo Decreto Federal N° 84.914 de 16 de julho de 1980 e limites alterados pelo Decreto Federal N° 89.932 de 10 de julho de 1984, possuindo uma extensão de aproximadamente 395.000 ha (trezentos e noventa e cinco mil hectares). Foi instituída com o objetivo de preservação integral da biota e dos atributos naturais existentes nos municípios de Amapá e Tartarugalzinho, incluindo o lado norte da foz do Rio Araguari e o entorno do Cabo Norte. A Reserva é formada por diversos corpos aquáticos interiores e sua vegetação se destaca pelos campos inundáveis, manchas de floresta tropical densa, manguezais e regiões de transição, onde constantemente encontram-se registros de desovas de tartarugas marinhas e o fluxo de aves migratórias.

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru

Criada pela Lei Estadual N° 392, de 11 de Dezembro de 1997, possui área de 806.184 ha (oitocentos e seis mil e cento e oitenta e quatro hectares). Localizada no sul do Amapá, especificamente nos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, onde os moradores exploram a castanha-do-brasil e outras espécies de valor comercial, como a andiroba, a copaíba e o camu-camu. É considerada um importante corredor ecológico, pois conecta o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque à Reserva Extrativista do Rio Cajari.

- Reserva Extrativista do Rio Cajari

Localizada no sul do estado do Amapá, no município de Mazagão, ocupa área de aproximadamente 480.000 ha (quatrocentos e oitenta mil hectares), compreendendo campos, cerrados, com predominância de florestas. É entrecortada pelos rios Cajari e Ajuruxi em cujas margens estão abrigadas grande parte da população ribeirinha da região. A ocupação na região onde se encontra a RESEX teve início no ciclo da borracha, em meados do século passado, sendo que na década de 60 foi implantado na área o Projeto Jari, que desenvolveu produção de celulose, pecuária, madeira e mineração. Esse empreendimento promoveu a marginalização da população extrativista da região, gerando

conflitos durante a década de 1980 que resultaram na organização dos seringueiros e criação da Reserva Extrativista em 1990.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso

Criada pela Portaria IBAMA N° 86-N, de 06 de Agosto de 1997, ocupa uma área de 46,75 ha (quarenta e seis hectares e setenta e cinco ares) e localiza-se no município de Macapá. Encontra-se registrada junto ao IBAMA em nome do Sr. Zildekias Alves de Araújo, já falecido. Atualmente, sua esposa Sra. Alba Martins de Araújo é a responsável pela Reserva.

A área é cortada pelo lago da comunidade do Curiaú e abrange um mosaico de diferentes ambientes, onde a vegetação predominante é formada por campos cerrados inundáveis e não inundáveis e florestas de galeria que protegem as margens de córregos e rios. Nos últimos anos, o proprietário vem efetuando o plantio de espécies frutíferas, utilizando mudas produzidas no viveiro da própria reserva.

- Reserva Extrativista Municipal Beija-flor Brilho de Fogo

Criada pelo Decreto N° 139 Gab/PMPBA, de 19 de Novembro de 2007, localizada ao sul do município de Pedra Branca do Amapari, reserva de uso sustentável, com área de 68.524,2000 ha (sessenta e oito mil e quinhentos e vinte e quatro hectares e vinte ares) composta por áreas de igapós e floresta umbrófila densa. Os principais objetivos dessa unidade de conservação são a proteção e a garantia do uso sustentável de seus recursos naturais e também a promoção de maiores benefícios às populações extrativistas, protegendo seus meios de vida e sua cultura.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo

Criada pela Portaria IBAMA N° 89-N, de 10 de julho de 1998, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo possui área de 9.996,16 ha (nove mil e novecentos e noventa e seis hectares e dezesseis ares). Está localizada nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, sob a propriedade do Sr. Elfredo Félix Távora Gonçalves. A reserva possui terreno plano, sujeito às inundações periódicas do Rio Araguari, lagos, igarapés, corredeiras e ilhas. A vegetação é formada por floresta densa de terra firme, floresta densa aluvial e campos cerrados.

- Terra Indígena Galibi

Localizada no município do Oiapoque; tradicionalmente ocupada pelos indígenas de

etnia Galibi, possui área regularizada de 6.689,1928 ha (seis mil e seiscentos e oitenta e nove hectares, dezenove ares e vinte e oito centiares) (FUNAI, [200?]).

- Terra Indígena Juminã

Localizada no município do Oiapoque; tradicionalmente ocupada pelos indígenas de etnia Karipuna e Galibi, possui área regularizada de 41.601,2713 (quarenta e um mil e seiscentos e um hectares, vinte e sete ares e treze centiares) ((FUNAI, [200?])).

- Terra Indígena Uaçá

Homologada pelo Decreto 298, de 29 de outubro de 1991, Localizada no município do Oiapoque; tradicionalmente ocupada pelos indígenas de etnia Karipuna, possui área regularizada de 470.164,0636 ha (quatrocentos e setenta mil e cento e sessenta e quatro hectares, seis ares e trinta e seis centiares) (FUNAI, [200?]).

- Terra Indígena Wajápi

Homologada pelo Decreto S/N de 23 de maio de 1996, com 607.017,2404 ha (seiscentos e sete mil e dezessete hectares, vinte e quatro ares e quatro centiares) de área regularizada, situada nos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari.

5 Aspectos Gerais dos Mercados Regionais de Terras

A infraestrutura produtiva do Estado é bastante carente, dispondo de poucos quilômetros de ramais e estradas e não possui ligação rodoviária com o restante do país. Esse isolamento é fator que dificulta o desenvolvimento de atividades produtivas.

Como alternativa de desenvolvimento econômico, o Estado tem buscado estabelecer parcerias comerciais com o Departamento da Guiana Francesa, com o qual o Amapá compartilha tráfego terrestre, mediante a ponte binacional, que une o Brasil via o município de Oiapoque-AP ao Estado Francês.

Aliado ao estreitamento das relações comerciais com a França, o Estado estrategicamente dispõe de um porto localizado no município de Santana, constituindo-se também fator de grande importância para o fomento da economia do Estado. O porto de Santana possui capacidade para receber navios de grande calado e apresenta vantagens comparativas com relação a portos das demais regiões do país, dado a maior proximidade com a região do Caribe, Canal do Panamá, costa americana e países

europeus.

No Estado já foram implantados grandes projetos de exploração de recursos naturais, com destaque para a exploração de manganês no município de Serra do Navio, pela Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI, subsidiária da empresa norte-americana Bethlehem Steel, e o Projeto Jari (no rio Jari, divisa com o Pará) liderado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig, posteriormente assumido por empresas brasileiras lideradas pelo grupo CAEMI e pelo Banco do Brasil, voltado à exploração de madeira, ao cultivo de arroz e à produção de celulose.

Segundo estimativas do IBGE, em 2018 o estado do Amapá possuía população de 829.494 habitantes, com maior concentração populacional nas sedes dos 16 municípios. Na capital Macapá encontra-se concentrada mais da metade da população de todo o Estado.

Do ponto de vista econômico, é significativa a produção rural proveniente do extrativismo vegetal (manejo e exploração de açaí, palmito, castanha-do-brasil, madeira, entre outros), pesca artesanal e mineração.

O extrativismo vegetal no Estado é baseado no modelo de desenvolvimento regional socioambiental, considerando para tal as Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais e Estaduais e Áreas de Preservação Ambiental (APA's), além dos Projetos de Assentamento de reforma agrária ambientalmente diferenciados denominados de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) destinados à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas, a serem executadas pelas populações locais que tem sua subsistência baseada no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. Segundo FAPUR (2013), dentre os produtos não madeireiros do extrativismo no Amapá destacam-se a produção do açaí, da castanha-do-brasil e de fibras naturais a partir do cipó titica.

Quanto aos recursos pesqueiros, o estado do Amapá possui uma situação privilegiada, devido a sua localização geográfica em relação ao Oceano Atlântico, estuário do rio Amazonas, extensa rede hidrográfica de rios e lagos interiores, tendo suas principais atividades pesqueiras desenvolvidas em cinco setores – na planície marítima, localizada no litoral norte, desde o município do Oiapoque até a desembocadura do rio Araguari; na região dos lagos entre os rios Flexal e Araguari; no baixo estuário, desde o rio Araguari até o rio Curiaú; na área urbana e portuária, incluindo Macapá e Santana, e na região do alto estuário, desde a desembocadura do rio Matapi até a fronteira com o Pará (SUFRAMA, 1999), abrangendo os municípios de Santana, Mazagão, Vitória do Jari

e Laranjal do Jari.

A produção agropecuária, excetuando as grandes plantações de eucalipto e ultimamente de grãos em áreas de Cerrado (soja, milho e arroz), ainda é bastante rudimentar e basicamente desenvolvida por agricultores familiares. As culturas agrícolas de subsistência mais comuns são mandioca, arroz, milho, feijão e banana, merecendo destaque as atividades extensivas de pesca e de criação de bovinos e bubalinos.

A figura abaixo detalha a Vegetação do Estado, com destaque para a faixa de Cerrado, onde o mercado de terras é mais movimentado e valorizado atualmente.

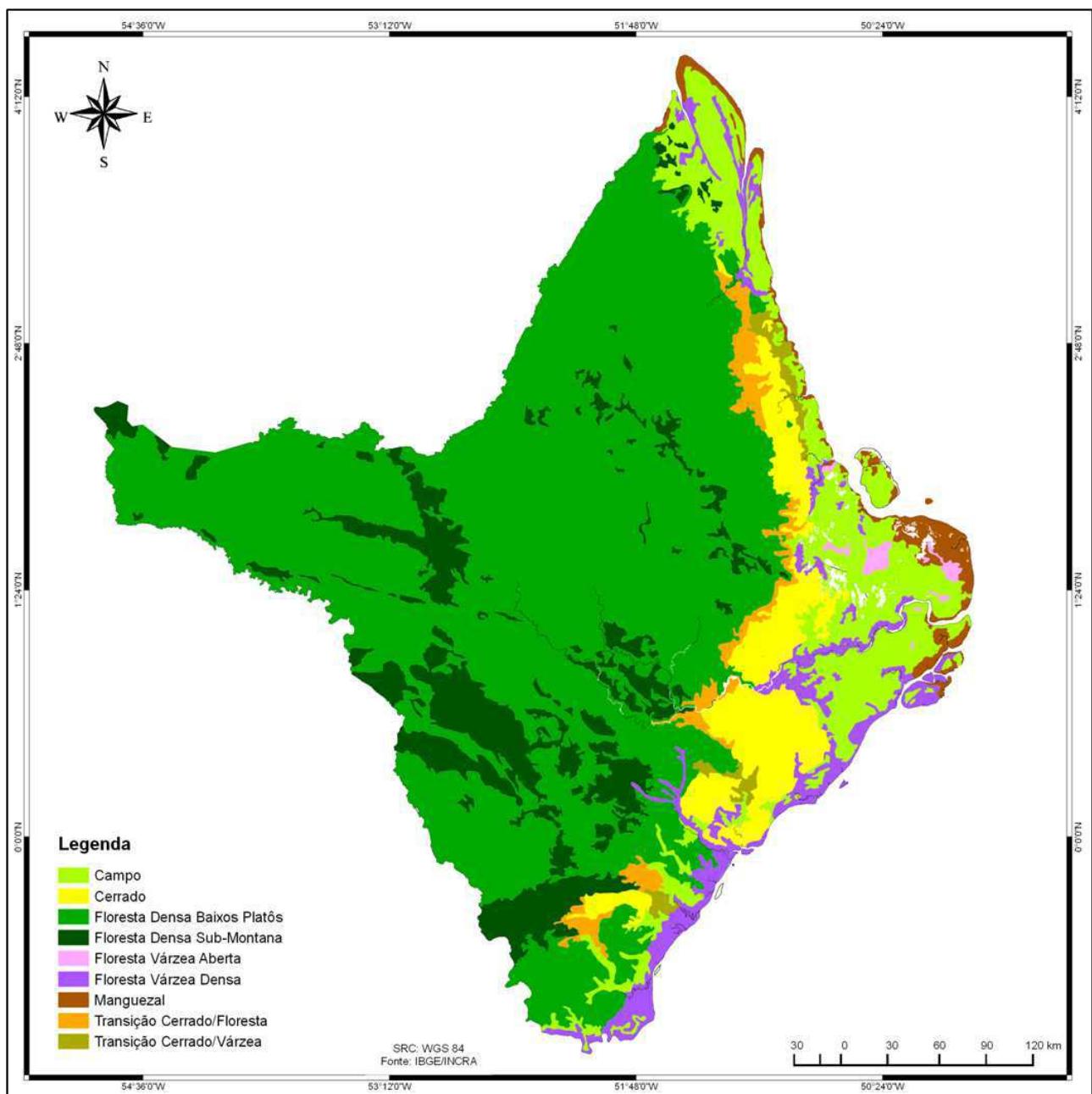


Figura 03 - Vegetação predominante no Estado do Amapá.

6 Análise dos Mercados Regionais de Terras

6.1 Mercado Regional de Terras Leste (MRT Leste)

O MRT Leste é composto por dez municípios (Tabela 01), caracteriza-se por abranger a maior parte das áreas com tipologia vegetal de cerrado com potencial para produção de grãos, onde se percebe aumento na demanda do mercado por terras agricultáveis.

Tabela 01 - Municípios Integrantes do MRT Leste

Município	Área (Km ²)	População (hab.)	Distância à capital (Km)
Amapá	9.167,617	9.029	302
Calçoene	14.231,783	10.926	384
Cutias	2.179,491	5.864	106
Ferreira Gomes	4.973,852	7.591	137
Itaubal	1.622,852	5387	80
Macapá	6.502,119	493.634	-----
Porto Grande	4.425,090	21.484	100
Pracuuba	4.948,519	4.993	192
Santana	1.542,201	119.610	30
Tartarugalzinho	6.684,697	16.855	230
Total	56.278,22	695.373	-----

Fonte: IBGE, 2018.

1.1.1 Abrangência Geográfica

Delimita-se ao norte com o município de Oiapoque, que integra o MRT Oeste; a leste com o Oceano Atlântico; ao sul com o município de Mazagão e; a oeste com os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, que integram o MRT Oeste.

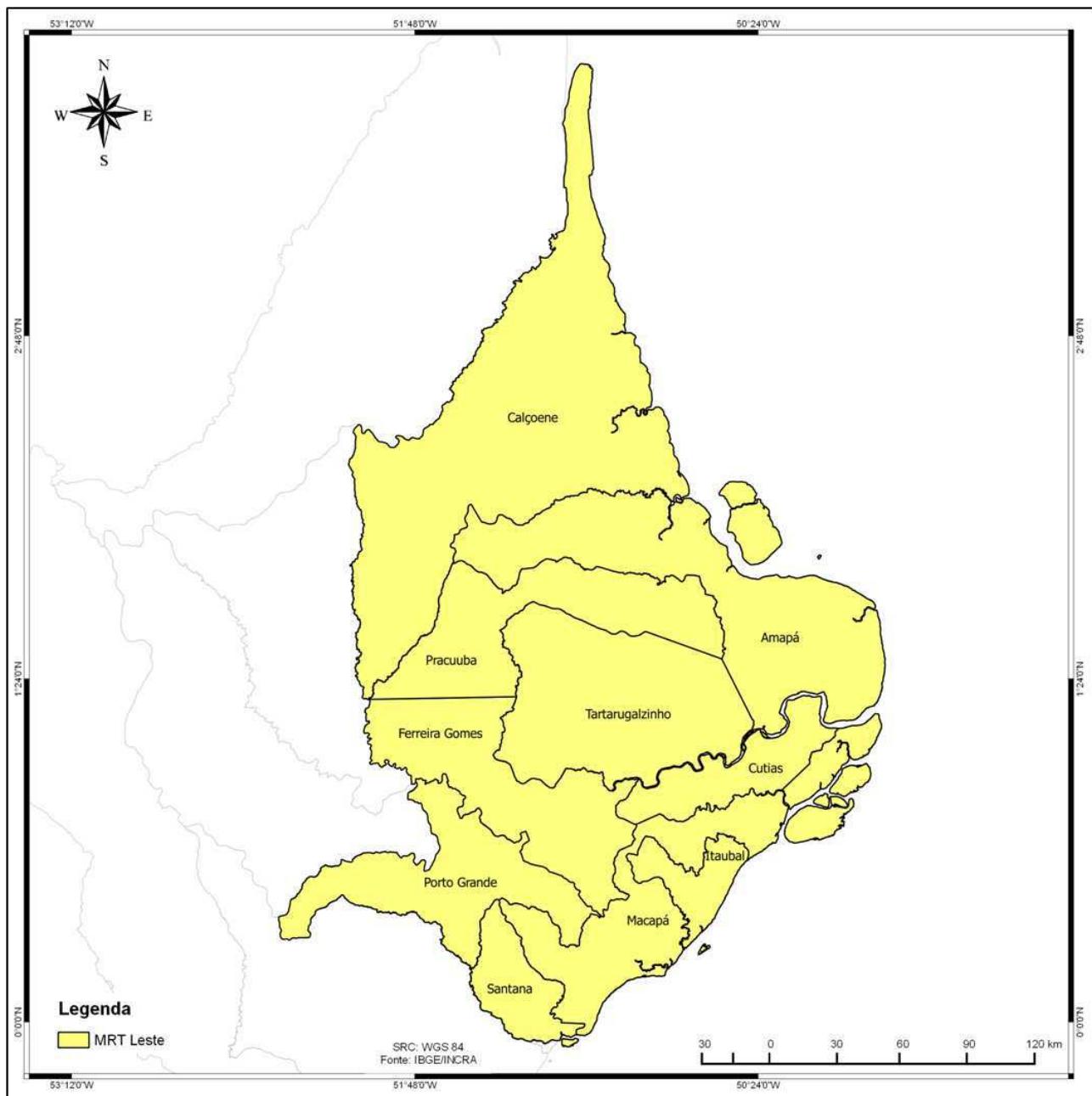


Figura 04 -Mapa do MRT Leste evidenciando os municípios.

Neste MRT se inserem partes das bacias hidrográficas dos rios Cassiporé, Araguari e Vila Nova; e, integralmente, as bacias dos rios Matapi, Curiaú, Pedreira, Ipixuna, Macacoari, Gurijuba, Sucuriju, Amapá Grande, Novo, Calçoene, Lamute, Cunani e Igarapé Grande Crique (Figura 07).

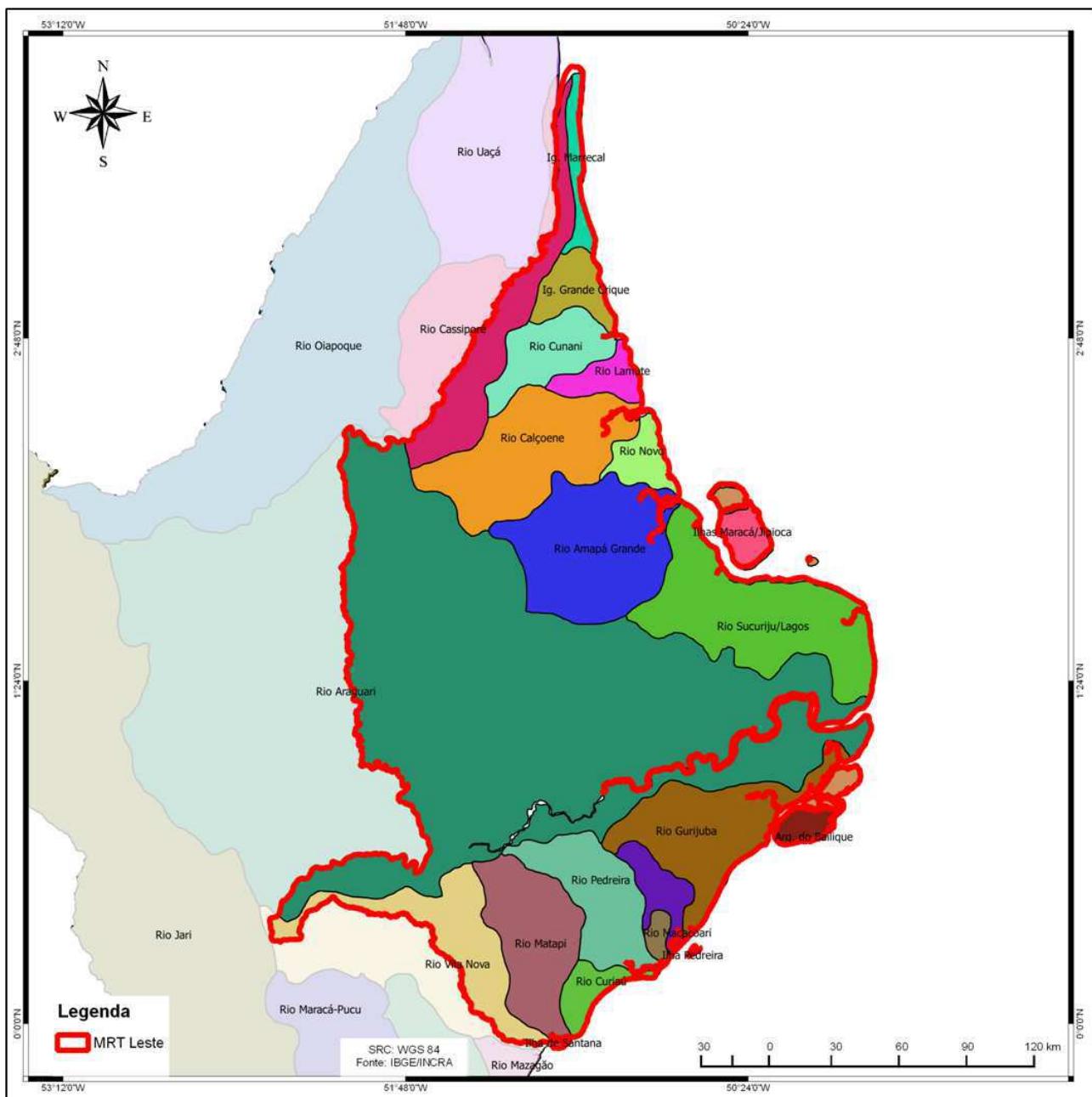


Figura 05 - Bacias Hidrográficas do MRT Leste

1.1.2 Histórico de Ocupação

A ocupação econômica do território do Amapá se deu em virtude de preocupações do estado brasileiro no que diz respeito à soberania nacional, destacando-se a ameaça de invasão pelos franceses a partir da fronteira que essa porção brasileira faz com o Departamento Ultramarino da França (Guiana Francesa). O interesse dos franceses pelo território ocorreu com a descoberta de uma jazida de ouro no norte do rio Araguari ocasionando disputa territoriais entre brasileiros e franceses (IEPA, 2010).

A história mostra que a ocupação do território amapaense é vinculada a vocação natural deste Estado para a atividade de extração mineral. Sua formação social e econômica esteve em grande parte vinculada à mineração, a qual, segundo alguns registros, teria sido inaugurada ainda no século XVII, a partir do grande interesse de estrangeiros holandeses, ingleses e franceses que aqui chegaram em busca de ouro e outras riquezas minerais (IEPA, 2010).

No fim do século XIX ocorreu a descoberta de grande quantidade de ouro no território amapaense, mais precisamente na região de Amapá e Calçoene (Lourenço), a qual foi submetida à rápida migração e povoamento, tanto por parte de brasileiros, quanto principalmente por estrangeiros guianenses, tendo por consequência a disputa pelas terras do contestado franco-brasileiro (IEPA, 2010).

Verifica-se também que a ocupação neste mercado regional com atividades agropecuárias foi ditada pela implantação da infraestrutura de transporte em apoio à produção no estado do Amapá, que se compõem de duas rodovias federais, a BR156 e a BR 210, rodovias estaduais, além da estrada de ferro (Porto de Santana – Serra do Navio). A rodovia BR156 corta longitudinalmente o Estado de norte a sul, partindo de Laranjal do Jari, no sul do Estado, alcançando a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa no município de Oiapoque. Ao longo do eixo da BR156 se inserem trechos de estradas estaduais de acesso aos municípios de Cutias, Itaubal, Amapá, Pracuuba e localidades como Cunani e Goiabal.

1.1.3 Áreas Legalmente Protegidas

Na Figura 08 são apresentadas as principais áreas legalmente protegidas do MRT Leste, sendo 05 unidades de conservação federais e 03 estaduais. Deste total, 03 são comuns aos dois mercados regionais de terras (MRT Leste e o MRT Oeste). Todas estão descritas no item 4.

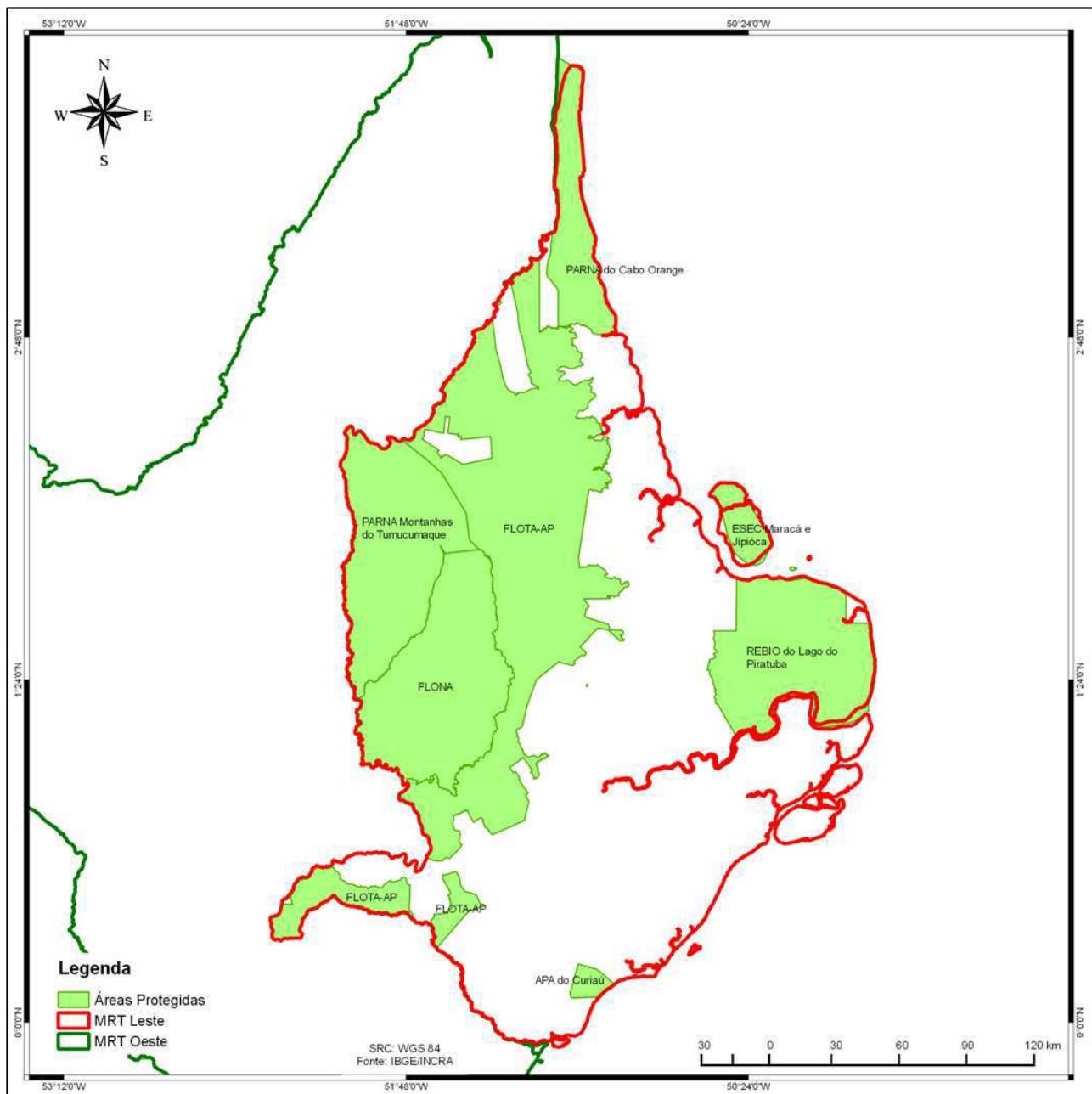


Figura 06- Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Leste.

1.1.4 Infraestrutura

Em termos de infraestrutura no MRT Leste destaca-se o eixo das BR 156 e 210, rodovia AP 70, Estrada de Ferro do Amapá, que entrecorta o município de Porto Grande, ligando-o ao Porto no município de Santana, localizado as margens do canal norte do rio Amazonas (Figura 09).

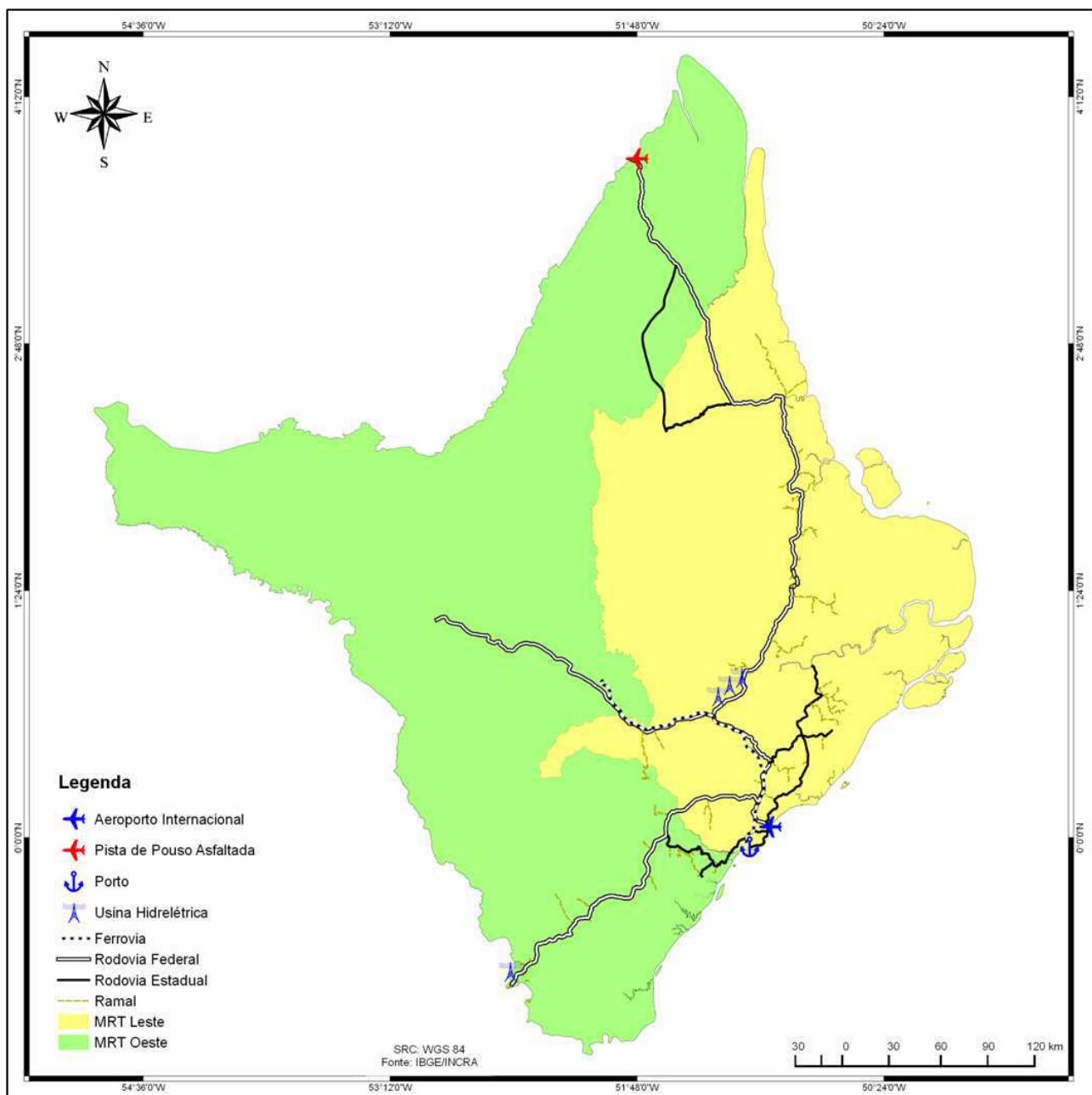


Figura 07 - Principais Infraestruturas do MRT Leste e MRT Oeste

Nesse Porto, a facilidade de acesso e características de profundidade permitem a

atração de navios de grande calado e apresenta vantagens competitivas nas operações de exportação e importação de insumos em relação a portos das demais regiões do país, por encontrar-se em maior proximidade com as regiões do Caribe, Canal do Panamá, costa americana e países europeus, onde também se destaca o empreendimento privado de instalação de um terminal graneleiro na Ilha de Santana (FAPUR, 2013).

A BR 210 (Rodovia Perimetral Norte), projetada na época da ditadura militar para interligar toda a calha norte do Rio Amazonas, de Macapá até Cruzeiro do Sul no Acre, restou inconclusa, encontrando-se trafegável apenas no trecho de Macapá à aldeia indígena Aramirã, na Terra Indígena da etnia Oiãmpi, município de Pedra Branca do Amapari.

A BR 156, no trecho norte que interliga o estado do Amapá a Guiana Francesa, também se constitui em importante via de transporte da produção agrícola regional, por representar ligação com um Departamento Francês, que integra a Comunidade Comum Européia.

Destaca-se ainda a conclusão do linhão que traz energia da Hidroelétrica de Tucuruí e que interliga o Estado ao sistema energético nacional e a recente regulamentação da Zona Franca Verde de Macapá e Santana, que permitirá que empresas possam fabricar produtos no Estado com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desde que sejam mercadorias fabricadas a partir de matéria-prima vegetal, animal e mineral da Amazônia.

1.1.5 Principais Atividades Agropecuárias

O Mercado Regional de Terras Leste é constituído, em parte, pelo Bioma Cerrado, atualmente mais valorizado e que desponta como nova fronteira agrícola na região Norte do país por apresentar valor baixo da terra se comparado a outras regiões do país, boas condições climáticas, localização estratégica em relação ao porto de Santana e consequentemente ao mercado exterior, o que torna essa região atrativa para médios e grandes produtores de grãos.

A Embrapa informa que de 2014 a 2017 a área de cultivo da soja no cerrado amapaense avançou para aproximadamente 16 mil ha e projetam que em 20 anos a área deverá atingir o potencial máximo, com 200 mil ha (Embrapa, 2014). Segundo o IBGE, em 2019 a safra do grão deve atingir quase 60 mil toneladas.

Segundo FAPUR (2013), a ocupação do cerrado amapaense iniciou-se a partir de 1976 pela Amapá Florestal e Celulose S.A (AMCEL), com plantações florestais para

produção de madeira em forma de cavaco para abastecimento da indústria de papel e celulose. De acordo com as informações nas bases cartográficas do INCRA, atualmente do total de 1.410.000 ha da área de cerrado do Estado, a AMCEL detém 245.000 ha destinados a plantações florestais de eucalipto, abrangendo os municípios de Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Tartarugalzinho, Cutias e Amapá.

As áreas potenciais para a produção de grãos estão localizadas principalmente às margens da BR 156, BR 210 e AP70, que foram construídas estrategicamente no bioma cerrado pela facilidade de implantação, abrangendo os municípios de Macapá, Santana, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Cutias do Araguari e Tartarugalzinho. A expansão das culturas graníferas no Estado está se dando pela abertura de novas áreas com supressão da vegetação nativa de cerrado, sob áreas anteriormente abertas para cultivo de subsistência e/ou implantação de pastagens abandonadas e/ou degradadas e áreas com plantios anteriores de eucalipto.

O extrativismo no MRT Leste tem expressiva contribuição nesse seguimento para o Estado com produção de aproximadamente 67% de palmito, 60% de carvão vegetal, 59% de açaí e 54% de lenha no conjunto dos dez municípios de acordo com IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2014. Em valores absolutos, a maior produção advém da extração de madeira em tora e da lenha com 285.062 e 222.508 metros cúbicos respectivamente (Tabela 02).

Segundo informações do IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2017, a lavoura temporária no Amapá ocupa 239.559 ha, sendo que cerca de 38,78% dessa área está distribuída nos dez municípios do MRT Leste (Tabela 03). A área no Estado do Amapá cultivada com soja está concentrada neste mercado, mas especificamente nos municípios de Macapá e Itaubal que juntos representam 93,26% (51.107 ha) da área plantada com soja do Estado. Outra cultura em evidência em área plantada no MRT Leste é a mandioca, com 80.848 ha, com destaque para os municípios de Tartarugalzinho, Porto Grande, Macapá e Calçoene com 15.530, 13.450, 13.870 e 9.890 ha, respectivamente.

Tabela 02 - Produção Extrativista no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por tipo de produto.

Produto Extrativo	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Leste										Total
				Amapá	Calçoene	Cutias	Ferreira Gomes	Itaubal	Macapá	Porto Grande	Pracuúba	Santana	Tartarugalzinho	
1 - Açaí (fruto) (ton)	219.885	201.553	2.770	43	174	40	57	63	680	135	42	381	90	1.705
2 - Castanha-do-brasil (ton)	26.191	24.485	476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Palmito (Ton)	4.350	4.027	19	-	-	-	-	-	9	-	-	3	-	12
4 - Carvão vegetal (ton)	426.401	56.562	1.222	36	60	27	49	48	188	159	34	55	86	742
5 - Lenha (m ³)	21.520.156	4.528.912	583.173	17.843	32371	18.121	29.310	19.870	38.190	58.120	23.971	34.985	46.798	319.579
6 - Madeira em tora (m ³)	12.232.762	7.291.750	804.619	9.715	34.128	22.395	44.815	15.710	28.170	152.708	16.374	15.126	52.121	391.262

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2017

Tabela 03 - Área com lavoura temporária (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por cultura

Cultura	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Leste										Total
				Amapá	Calçoene	Cutias	Ferreira Gomes	Itaubal	Macapá	Porto Grande	Pracuúba	Santana	Tartarugalzinho	
Abacaxi	1.502.598	375.966	10.198	198	654	275	633	420	903	1.187	426	589	742	6.027
Arroz (em casca)	12.469.516	1.064.964	1.370	14	70	16	24	499	70	76	35	24	190	1.018
Cana-de-açúcar	758.548.292	4.295.671	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	3.033.017	68.565	1.274	25	66	46	54	48	122	137	34	46	189	767
Mandioca	18.876.470	7.212.771	166.580	3.452	9.890	2.600	4.975	3.104	13.870	13.450	6.135	7.842	15.530	80.848
Melancia	2.314.700	458.782	4.073	-	238	-	225	-	1.110	395	172	322	384	2.846
Milho (em grão)	97.721.860	2.789.012	1.564	42	105	38	54	92	165	102	46	58	340	1.042
Soja (em grão)	114.599.168	5.061.570	54.400	-	-	-	-	13.136	37.971	-	-	-	3.293	400

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017

Quanto a área cultivada com lavoura permanente no Estado do Amapá, observa-se que dos 27.730 ha plantados com banana, laranja, mamão e maracujá, cerca de 38,63% está no MRT Leste (Tabela 04), com destaque para os municípios de Tartarugalzinho, Porto Grande e Macapá que possuem juntos 30,57% das áreas dos mercado regionais leste e oeste do estado do Amapá com o plantio de banana mamão, laranja e maracujá.

A pecuária é relevante no MRT Leste, abrigando mais de 82% do plantel do Estado, do rebanho bupalino (284.944 animais) e bovino (56.740 animais) (Tabela 05). Em comparação a outros municípios, Cutias, macapá e Tartarugalzinho possuem os maiores rebanhos de bupalinos deste mercado e do Estado com 79.113, 64.190 e 47.195 animais, respectivamente. Amapá, Tartarugalzinho e Macapá possuem os maiores rebanhos de bovinos do MRT Leste e do Estado com 13.780, 12.715 e 10.125 animais respectivamente (Tabela 05).

O MRT Leste tem destaque na aquicultura, respondendo por 64% da produção do Estado somando a produção dos municípios de Ferreira Gomes, Macapá, Tartarugalzinho, Calçoene e Amapá, de acordo com o IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal de 2017, sobressaindo a produção de Tambacu e Tambatinga, com mais de 85% deste MRT. A produção de Tilápia no Estado só foi observada nos municípios de Macapá e Ferreira Gomes. (Tabela 06 – Produção da aquicultura MRT Leste).

Segundo Tavares-Dias (2011), o maior número de imóveis com atividade de piscicultura está localizado no município de Macapá (55,4%) e nos municípios de Santana, Mazagão e Porto Grande (21,2%), com produção de 2,0 a 3,0 toneladas/ano, no sistema de cultivo semi-intensivo ou intensivo. Vale ressaltar ainda que, até o final da década de 1980, a piscicultura no Estado do Amapá era totalmente extensiva, com a utilização de pequenos açudes, lagos e outros reservatórios para o cultivo de tilápias, tambaqui e pirarucu (GUIMARÃES, 1991).

Tabela 04 - Área com lavoura permanente (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por cultura.

Cultura	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Leste									
				Amapá	Calçoene	Cutias	Ferreira Gomes	Itaubal	Macapá	Porto Grande	Pracuúba	Santana	Tartarugalzinho
Banana (cacho)	6.675.100	899.546	19.873	392	770	505	802	586	1.850	2.260	938	883	962
Laranja	17.459.908	358.812	6.520	155	390	-	205	-	795	1.380	200	240	520
Mamão	1.057.101	49.931	464	-	-	-	-	-	178	198	-	-	-
Maracujá	554.598	47.291	875	-	92	-	-	-	148	188	-	102	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017

Tabela 05 - Efetivo dos rebanhos (cabeça) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por tipo de rebanho

Rebanho	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Leste									
				Amapá	Calçoene	Cutias	Ferreira Gomes	Itaubal	Macapá	Porto Grande	Pracuúba	Santana	Tartarugalzinho
Bovino	214.899.796	48.471.454	66.921	13.780	5.328	883	1.327	1.795	10.125	5.193	2.876	2.718	12.715
Bubalino	1.381.395	911.166	302.834	33.793	13.658	79.113	6.815	17.830	64.190	4.123	8.790	9.437	47.195
Equino	5.501.872	883.059	10.068	483	252	1.564	418	665	3.187	189	174	689	1.910
Suíno – total	41.099.460	1.581.433	31.012	1.133	1.720	1.619	930	1.415	7.148	1.526	1.698	1.987	2.382
Suíno - matrizes de suínos	4.744.876	328.595	2.496	52	183	115	114	197	295	115	119	170	247
Caprino	9.592.079	164.597	2.279	86	76	171	182	224	513	90	-	218	193
Ovino	17.976.367	656.251	3.048	94	138	136	230	192	718	87	62	627	297
Galináceos – total	1.425.699.944	44.801.645	70.668	1.680	3.727	1.680	3.430	2.393	17.187	5.700	1.694	5.180	4.281
Galináceos – galinhas	242.767.457	11.865.593	12.357	485	985	338	648	375	3.125	887	217	763	794

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017

Tabela 06 - Produção da aquicultura no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Leste, por tipo de produto

Produto	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Leste					Total
				Amapá	Calçoene	Ferreira Gomes	Macapá	Tartarugalzinho	
Pirapitinga (Quilogramas)	1.891.946	1.382.096	97.645	-	-	-	27.810	-	27.810
Pirarucu (Quilogramas)	4.189.748	3.935.178	5.938	-	-	-	-	-	-
Tambacu, tambatinga (Quilogramas)	42.298.500	4.846.713	157.022	10.126	13.825	39.185	53.121	8.415	124.672
Tambaqui (Quilogramas)	88.512.985	61.090.629	438.516	28.730	-	52.101	187.915	18.283	287.029
Tilápia (Quilogramas)	283.249.263	385.641	54.563	-	-	16.197	29.183	-	45.380
Alevinos (Milheiros)	1.200.828	95.930	351	15	13	28	147	17	220

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017

6.2 Mercado Regional de Terras Oeste (MRT Oeste)

O MRT Oeste é formado por seis municípios, Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari (Tabela 07), caracteriza-se por abranger a maior parte das áreas de floresta nativa, com potencial para extrativismo e manejo de produtos vegetais e animais, onde se percebe que o mercado de terras possui maior dinâmica em áreas específicas, como na região da fronteira do município do Oiapoque com a Guiana Francesa e do município do Laranjal do Jari com o estado do Pará.

Tabela 07 - Municípios Integrantes do MRT Oeste

Município	Área (Km ²)	População (hab.)	Distância à capital (Km)
Laranjal do Jari	30.782,998	49.446	275
Mazagão	13.294,776	21.206	36
Oiapoque	22.625,286	26.627	590
Pedra Branca do Amapari	9.625,214	15.931	180
Serra do Navio	7.713,046	5.306	197
Vitória do Jari	2.508,979	15.605	300
Total	86.550,30	118.516	-----

Fonte: IBGE, 2018.

6.2.1 Abrangência Geográfica do MRT Oeste

Destaca-se neste mercado regional a incidência de percentual significativo de áreas ambientalmente protegidas. Nos seis municípios do MRT Oeste reside uma população de aproximadamente 118.516 habitantes (Tabela 07), correspondente a apenas 14,56% da população do Estado. Em contrapartida, esse mercado contempla uma área de 86.550,30 km², representando 59% da área do Estado, implicando densidade demográfica, de apenas 1,38 habitantes por km².

Delimita-se ao norte com a Guiana Francesa e Suriname, ao sul e oeste com o estado do Pará, a leste com os municípios que integram o MRT Leste.

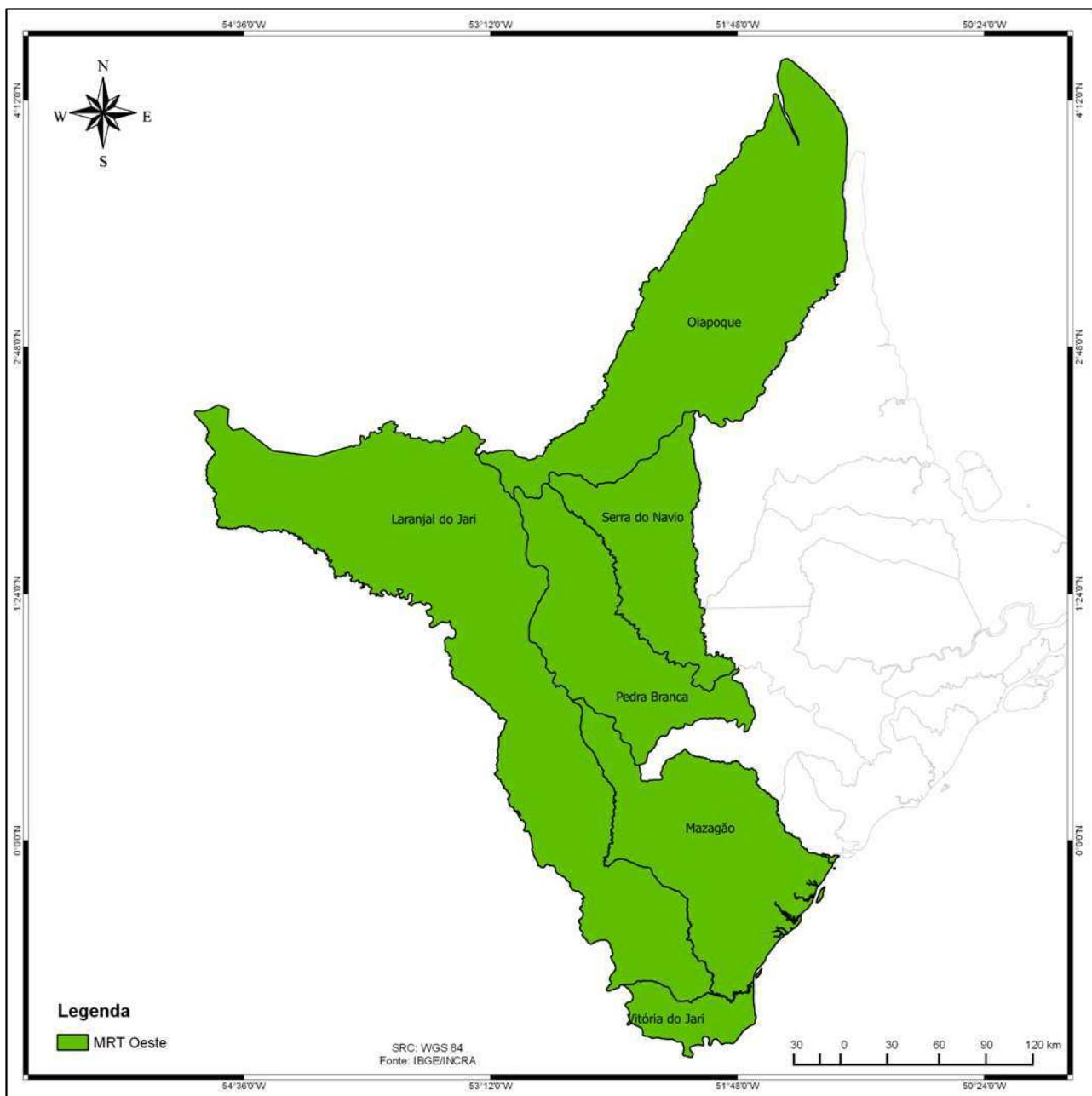


Figura 8 - Mapa do MRT Oeste evidenciando os municípios.

No MRT Oeste se inserem integralmente as bacias hidrográficas dos rios Oiapoque, Uaçá, Jari, Cajari, Igarapé Matauaú, Igarapé Tambaqui, Ariramba, Ajuruxi, Maracá-Pucu, Preto e Mazagão e também partes das bacias hidrográficas dos rios Vila Nova, Araguari e Cassiporé. (Figura 12).

As bacias hidrográficas dos rios Oiapoque, Uaçá, Cassiporé e Araguari desaguam diretamente no Oceano Atlântico; as demais desaguam no rio Amazonas.

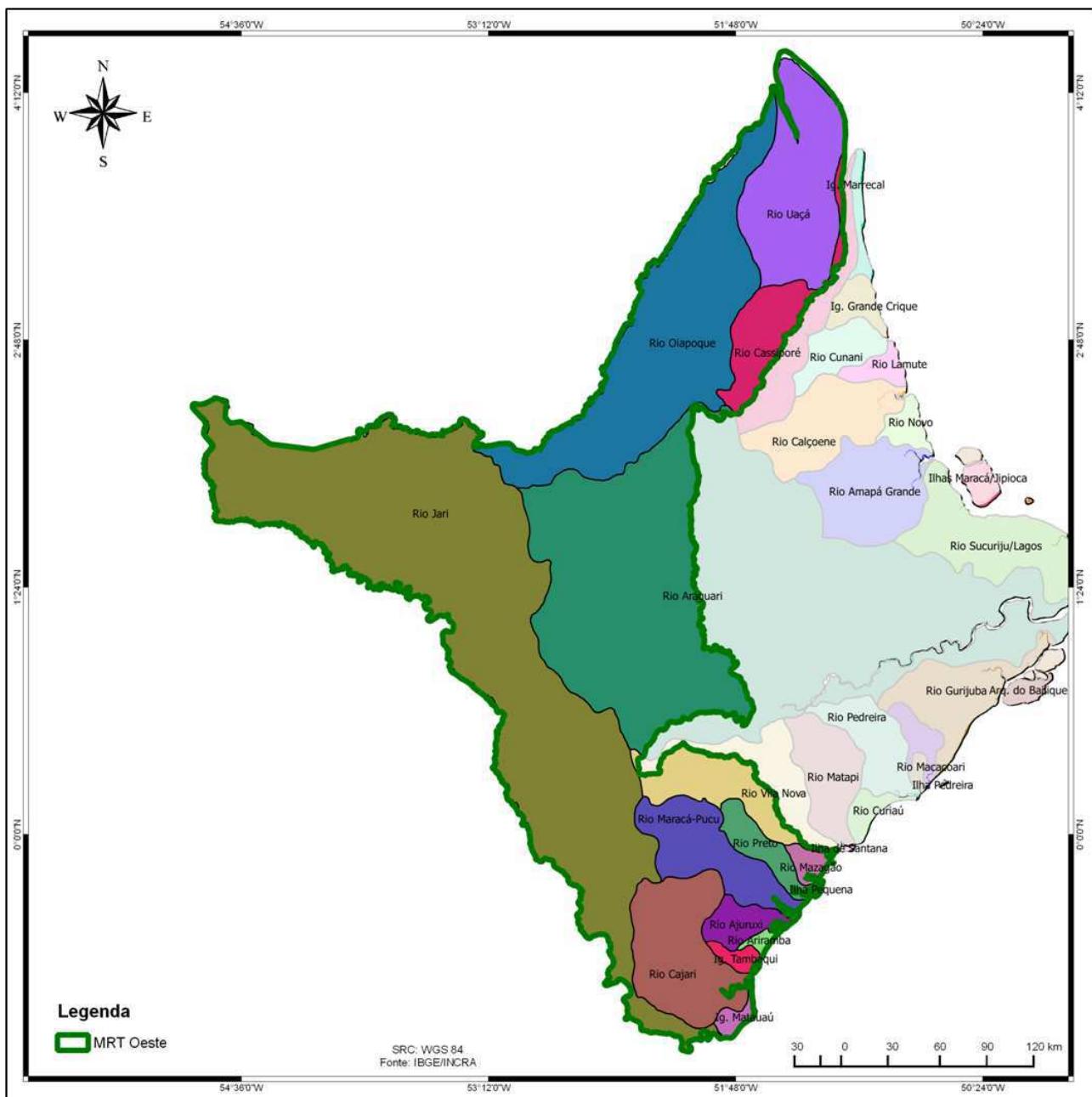


Figura 9 - Bacias Hidrográficas do MRS Oeste.

6.2.2 Histórico de Ocupação

Historicamente a presença do estado brasileiro no Amapá obedeceu uma estratégia nacional de ocupação de áreas de fronteiras pouco povoadas mediante incentivo a implantação de grandes projetos de exploração de recursos naturais. Nesse contexto destaca-se a implantação de uma indústria para exploração de minério no município de Serra do Navio (Indústria e Comércio de Minério S/A - ICOMI) em parceria com empresa internacional (Bethlehem Steel Co) e o Projeto do Jarí, na região sul do estado do Amapá.

Comparativamente com os outros estados da Amazônia, o Amapá é a unidade

federal que mais sofreu com as consequências do isolamento territorial imposto por condições naturais e pela falta de ligação terrestre com os demais estados da federação (SALGADO *et al.*, 2010). Esta situação de isolamento contribuiu para a proteção dos seus recursos naturais em baixo nível de impacto social e ambiental relativamente aos observados em outros estados. O Amapá é reconhecido por suas riquezas minerais e pela biodiversidade expressada na cobertura vegetal, nos recursos florestais e na diversidade de recursos pesqueiros.

A partir da descoberta da reserva de manganês em Serra do Navio, na década de 40, o território do Amapá insere-se no contexto geopolítico internacional como fornecedor de matéria-prima, com incentivos fiscais e políticas federais que tinham como objetivo a implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dessa atividade econômica, a promoção da ocupação populacional, além da perspectiva de promover benefícios e mudanças positivas para a Amazônia (IEPA, 2010).

Verifica-se que a ocupação neste mercado regional com atividades agropecuárias foi influenciada pela implantação da infraestrutura de transporte que compõem-se de duas rodovias federais, a BR156 e a BR 210, além da estrada de ferro que liga o Porto de Santana a Serra do Navio (FAPUR, 2013).

6.2.3 Áreas Legalmente Protegidas

As principais áreas legalmente protegidas do MRT Oeste são apresentadas na Figura 13, sendo 05 terras indígenas, 04 unidades de conservação federais e 02 estaduais. Desse conjunto 03 são comuns aos dois mercados regionais de terras (MRT Leste e o MRT Oeste). Todas estão descritas no item 4.

Além dessas unidades de conservação mencionada, incidem também no MRT Oeste o Parque Nacional do Cabo Orange e a Floresta Estadual do Amapá.

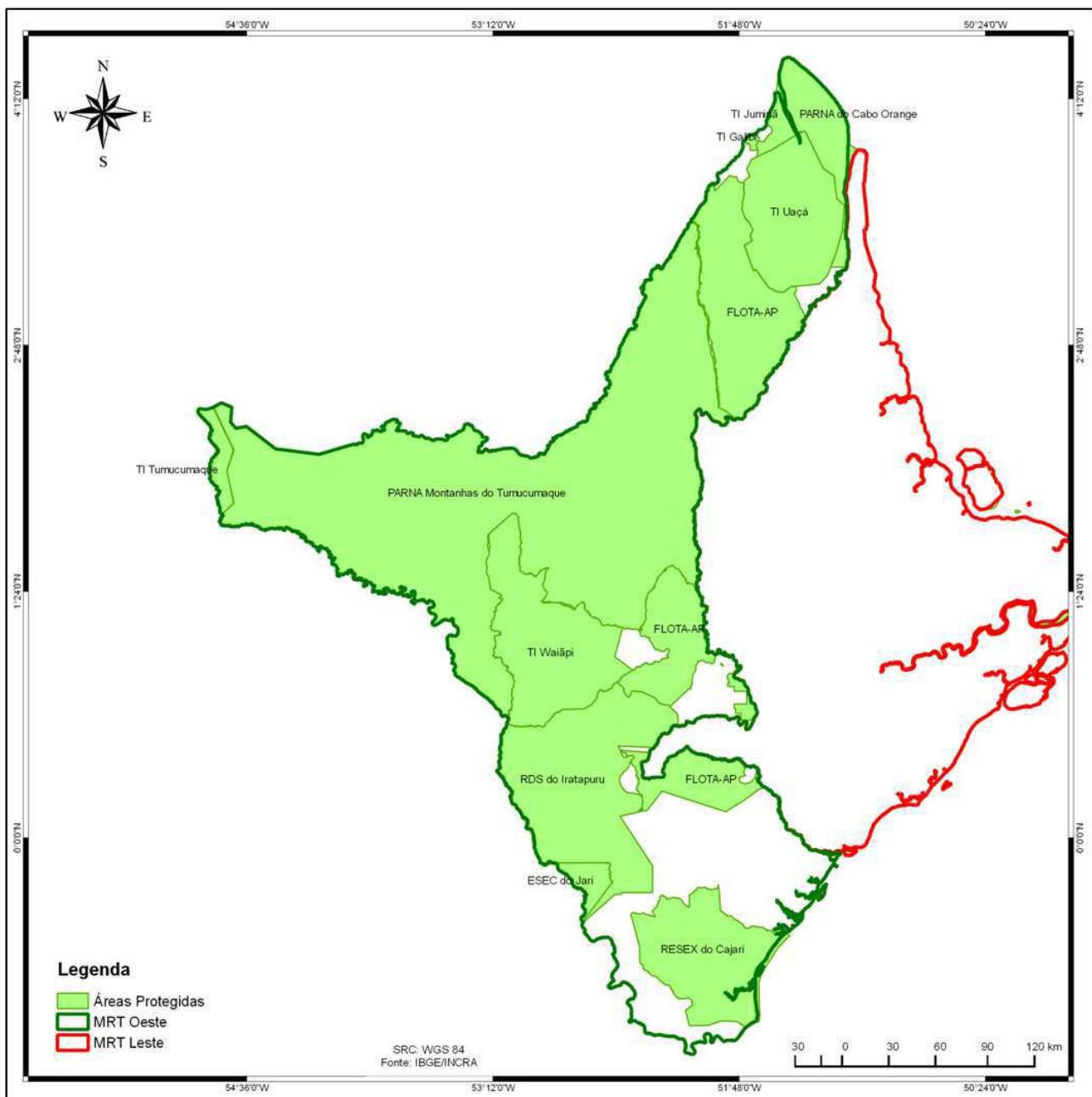


Figura 10 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Oeste.

6.2.4 Infraestrutura

Em termos de infraestrutura destaca-se no MRT Oeste (Figura 09) a Estrada de Ferro do Amapá, que interliga o município de Serra do Navio ao porto de Santana, entrecortando o município de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Macapá e Santana; a BR 210 (Rodovia Perimetral Norte) projetada para interligar a calha norte do Rio Amazonas, de Macapá a Cruzeiro do Sul no Acre, porém não foi concluída. Apenas o trecho de Macapá até a aldeia Aramirã, na Terra Indígena da etnia Oiãmpi, município de Pedra Branca do Amaparí foi construída.

Destaca-se, ainda BR 156, o porto de Santana, as pontes sobre os rios Matapi, no município de Santana (em fase final de construção), e Vila Nova no município de Mazagão, bem como a ponte Binacional de acesso a Guiana Francesa.

6.2.5 Principais Atividades Agropecuárias

O Mercado Regional Oeste é caracterizado notadamente pela fisionomia da vegetação de florestas densas de porte elevado, condicionada principalmente pela intensidade e frequência mensal das chuvas. São florestas predominantemente pluviais ou ombrófilas e se distribuem em formações de terra firme, áreas aluviais (ou Floresta de várzea) e florestas de igapós. As matas de várzeas ocorrem em menor proporção neste mercado, têm influência do sistema de marés associado ao Rio Amazonas e seus tributários, como os rios Jari, Cajari, Ariramba, Maracá, Preto, Mazagão, Vila Nova, outras tem influência do sistema de marés oceânicas tal como às que ficam próximas a foz dos rios Oiapoque, Uaça e Cassiporé, donde se destaca grande potencial para atividades econômicas do extrativismo vegetal (COSTA e SILVA, acessado em mai/2016).

A produção de madeira em tona tem relevância no extrativismo do Estado e do MRT Oeste, pois como se observa na Tabela 08, em maior ou menor número, todos os municípios desse mercado apresentam produção contribuindo com o total de 413.357 Mil m³, perfazendo 51,37% da extração do Estado. Os quatro maiores produtores desse mercado são os municípios de Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Mazagão, que juntos somam 334.949 Mil m³, que representa 81,03% da extração em 2017. A segunda maior produção em valores absolutos é a lenha, com 263.594 m³, o que expressa 45,2% da produção do Estado.

Neste mercado regional de terras está integralmente concentrado o extrativismo da castanha-do-brasil, com 476 ton/ano, segundo IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2017. O extrativismo da castanha-do-brasil ocorre principalmente no domínio fundiário das unidades de conservação de uso direto RESEX Cajari e RDS Iratapuru e do Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá.

Segundo SOUSA e EULER (2009), esta atividade está em declínio econômico sobretudo pelas precárias condições de infraestrutura logística e de armazenamento da produção, além da dificuldade de acesso a política federal de preço mínimo. De acordo com esses autores, a melhoria da renda extrativista é condição indispensável para a manutenção da forma equilibrada com que as famílias se relacionam com a floresta.

O MRT Oeste possui 92.511 ha (38,63%) da extensão de lavoura temporária do Estado, tendo a mandioca como principal representante em área plantada com 85.732 ha, que representa 51,46% da área destinada a essa cultura no Estado (Tabela 09). Apesar de todos os municípios desse mercado apresentarem áreas destinadas ao plantio de mandioca, Oiapoque é destaque com 31.520 ha, que corresponde 36,76% (Tabela 09).

Tabela 08 - Produção Extrativista no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por tipo de produto

Produtos extração vegetal	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Oeste					
				Serra do Navio	Pedra Branca do Amapari	Laranjal do Jari	Mazagão	Oiapoque	Vitória do Jari
Açaí (fruto) (ton)	219.885	201.553	2.770	117	115	120	510	116	86
Castanha-do-brasil (ton)	26.191	24485	476	-	-	92	115	-	269
Palmito (ton)	4.350	4.027	19	-	-	-	7	-	-
Carvão vegetal (ton)	426.401	56.562	1.222	54	125	66	114	79	43
Lenha (Mil m ³)	21.520.156	4.528.912	583.173	28.915	44.930	51.930	43.764	55.381	38.674
Madeira em tora (Mil m ³)	12.232.762	7.291.750	804.619	39.170	68.930	123.703	63.191	79.125	39.238

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Ano 2017.

Tabela 09 - Área com lavoura temporária (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por cultura

Cultura	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Oeste					
				Serra do Navio	Pedra Branca do Amapari	Laranjal do Jari	Mazagão	Oiapoque	Vitória do Jari
Abacaxi	1.502.598	375.966	10.198	502	998	864	876	429	502
Arroz (em casca)	12.469.516	1.064.964	1.370	78	82	68	56	18	50
Cana-de-açúcar	758.548.292	4.295.671	-	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	3.033.017	68.565	1.274	76	108	88	104	26	105
Mandioca	18.876.470	7.212.771	166.580	6.981	14.532	11.463	12.126	31.520	9.110
Melancia	2.314.700	458.782	4.073	226	187	315	281	-	218
Milho (em grão)	97.721.860	2.789.012	1.564	115	108	145	78	24	52
Soja (em grão)	114.599.168	5.061.570	54.400	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017

A área de 13.003 ha com lavoura permanente neste mercado, representa 46,88% das terras do Estado destinadas a essa atividade, sendo 76,32% explorada com plantio de banana distribuída em todos os municípios, com maior representatividade em Oiapoque (Tabela 10).

A atividade pecuária, apesar de ser desenvolvida em todos os municípios deste mercado regional, não é expressiva. Os maiores plantéis de bovino estão em Oiapoque, Laranjal do Jari e Mazagão. O município de Mazagão possui 49,83% do rebanho bupalino do MRT Oeste, com 8.915 cabeças (Tabela 11).

O produto da aquicultura que se sobressai neste mercado é o tambaqui com 151.487 Kg/ano que representa 3*,54% da produção do Estado, sendo o município de Pedra Branca do Amapari o principal produtor com 66.204 Kg/ano. A produção de pirarucu do Estado é relativamente baixa e só foi registrada no município de Oiapoque (Tabela 12)

Tabela 10 - Área com lavoura permanente (ha) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por cultura

Cultura	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Oeste					
				Serra do Navio	Pedra Branca do Amapari	Laranjal do Jari	Mazagão	Oiapoque	Vitória do Jari
Banana (cacho)	6.675.100	899.546	19.873	1.350	1.880	1.643	1.588	2.480	984
Laranja	17.459.908	358.812	6.520	238	395	558	520	480	454
Mamão	1.057.101	49.931	464	-	-	-	-	88	-
Maracujá	554.598	47.291	875	-	-	113	81	98	53

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017

Tabela 11 - Efetivo dos rebanhos (cabeça) no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste, por tipo de rebanho

Rebanho	Brasil	Região Norte	Estado do Amapá	MRT Oeste					
				Serra do Navio	Pedra Branca do Amapari	Laranjal do Jari	Mazagão	Oiapoque	Vitória do Jari
Bovino	214.899.796	48.471.454	66.921	573	917	2.435	2.170	2.688	1.398
Bubalino	1.381.395	911.166	302.834	173	851	1.977	8.915	1.687	4.287
Equino	5.501.872	883.059	10.068	34	83	103	116	147	54
Suíno - total	41.099.460	1.581.433	31.012	894	1.610	1603	2.408	1.450	1.489
Suíno - matrizes de suínos	4.744.876	328.595	2.496	117	138	142	178	173	141
Caprino	9.592.079	164.597	2.279	76	87	126	97	87	53
Ovino	17.976.367	656.251	3.048	64	82	126	118	77	-
Galináceos - total	1.425.699.944	44.801.645	70.668	1.938	3.870	3.678	7.180	4.690	2.360
Galináceos - galinhas	242.767.457	11.865.593	12.357	285	490	540	915	1.130	380

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017

Tabela 12 - Produção da aquicultura no Brasil, na Região Norte, no Estado do Amapá e nos Municípios do MRT Oeste por tipo de produto.

Produto	Brasil	Norte	Estado do Amapá	MRT Oeste				
				Serra do Navio	Pedra Branca do Amapari	Laranjal do Jari	Oiapoque	Vitória do Jari
Pirapitinga (Kg)	1.891.946	1.382.096	97.645	-	49.715	20.120	-	-
Pirarucu (Kg)	4.189.748	3.935.178	5.938	-	-	-	5.938	-
Tambacu, tambatinga (Kg)	42.298.500	4.846.713	157.022	4.970	-	27.380	-	-
Tambaqui (Kg)	88.512.985	61.090.629	438.516	-	66.204	41.123	31.975	12.185
Tilápia (Kg)	283.249.263	385.641	54.563	9.183	-	-	-	-
Alevinos (Milheiros)	1.200.828	95.930	351	6	89	27	9	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017

7 Análises dos resultados e Planilha de Preços Referenciais (PPR)

7.1 Mercado Regional de Terras Leste (MRT Leste)

7.1.1 Tipologias de Uso

A seguir estão listadas as tipologias do MRT Leste, definidas em consonância com a pesquisa de campo (Tabela 13).

Tabela 13 - Tipologias e seus respectivos Níveis Categóricos

MRT Leste	
Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana	
Tipologias	Nº de Elementos
Geral	58
1º Nível Categórico	
Agricultura	32
Cerrado	11
Floresta	4
Piscicultura	2
Pecuária	6
2º Nível Categórico	
Agricultura de Grãos	5
Agricultura Diversificada	27
Exploração Mista Pecuária + Agricultura	3
Pecuária Bovina de Leite	1
Pecuária Bovina em Pastagem de Baixo Suporte	5
3º Nível Categórico	
Agricultura de grãos (Itaubal)	1
Agricultura de grãos (Macapá)	4
Agricultura diversificada (Amapá)	1
Agricultura diversificada (Calçoene)	2
Agricultura diversificada (Cutias)	3
Agricultura diversificada (Macapá)	8
Agricultura diversificada (Porto Grande)	12
Agricultura diversificada (Santana)	1
Cerrado (Calçoene)	1
Cerrado (Cutias)	1
Cerrado (Ferreira Gomes)	3
Cerrado (Pracuuba)	2
Cerrado (Tartarugalzinho)	4
Exploração mista Pecuária + Agricultura (Amapá)	1
Exploração mista Pecuária + Agricultura (Macapá)	1
Exploração mista Pecuária + Agricultura (Porto Grande)	1
Floresta (Ferreira Gomes)	2
Floresta (Pracuuba)	1
Floresta (Santana)	1
Pecuária bovina de leite (Santana)	1
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Amapá)	1
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Calçoene)	2
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Macapá)	1
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Santana)	1
Piscicultura (Macapá)	2

As características de cada uma das tipologias, por nível categórico são descritas a seguir:

1º Nível Categórico

- **Agricultura:** imóvel rural com produção vegetal oriunda de plantio de qualquer cultura agrícola com fins comerciais;
- **Pecuária:** imóvel rural com produção animal com fins comerciais;
- **Floresta:** imóvel rural com Floresta Amazônica nativa e sem culturas implantadas; e
- **Cerrado:** imóvel rural com a vegetação Cerrado nativa e sem culturas implantadas.
- **Piscicultura:** imóvel rural com produção de peixes com fins comerciais;

2º Nível Categórico

- **Agricultura de grãos:** imóvel rural com predominância de produção de grãos (arroz, milho, feijão, soja, etc.), com fins comerciais;
- **Agricultura diversificada:** imóvel rural com produção de culturas perenes (basicamente fruticultura) e/ou temporárias (principalmente mandioca e abacaxi), sem predominância de uma espécie, com fins comerciais;
- **Exploração mista Pecuária + Agricultura:** imóvel rural com produção vegetal oriunda de plantio de qualquer cultura agrícola concomitante com produção animal com fins comerciais.
- **Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte:** imóvel rural com produção animal predominante de bovinos em sistema de manejo extensivo, com lotação igual ou inferior a 1 unidade animal por ha, com fins comerciais; e
- **Pecuária bovina de leite:** imóvel rural com produção animal predominante de bovinos de leite com fins comerciais.

3º Nível Categórico

No terceiro nível categórico é acrescido, juntamente ao segundo ou terceiro níveis, a localização dentro do MRT, podendo ser o município ou a região.

7.1.2 Resultados da Pesquisa no MRT Leste

No MRT Leste foi obtido um total de 58 (cinquenta e oito) elementos para o tratamento estatístico (Tabela 14). Ressalta-se que inicialmente o número de elementos era maior, no entanto, alguns foram descartados por apresentarem área inferior à metade do Módulo Fiscal, imprecisões de dados e imóveis sem destinação agrícola.

Nessa tabela são apresentados o número e o percentual de elementos, bem como a média dos valores de VTI e VTN por tipologia e para o MRT.

As maiores quantidades de amostras desse mercado foram encontradas para as tipologias “Agricultura diversificada (Porto Grande)”, com 12 amostras (20,69%), e “Agricultura diversificada (Macapá)”, com 8 amostras (13,79%).

Tabela 14 - Número, porcentagem de elementos e média de VTI e VTN por tipologia

MRT Leste

Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho

Tipologias	Nº de Elementos	% Rel. ao Total	VTI (R\$/ha)	VTN (R\$/ha)
Agricultura de grãos (Itaubal)	1	1,72	10000,00	9276,77
Agricultura de grãos (Macapá)	4	6,90	4803,44	4347,43
Agricultura diversificada (Amapá)	1	1,72	3543,84	3092,92
Agricultura diversificada (Calçoene)	2	3,45	1660,26	1599,55
Agricultura diversificada (Cutias)	3	5,17	933,33	733,72
Agricultura diversificada (Macapá)	8	13,79	3543,84	3092,92
Agricultura diversificada (Porto Grande)	12	20,69	1271,34	649,45
Agricultura diversificada (Santana)	1	1,72	640,00	557,70
Cerrado (Calçoene)	1	1,72	800,00	800,00
Cerrado (Cutias)	1	1,72	1200,00	1200,00
Cerrado (Ferreira Gomes)	3	5,17	1335,03	1187,64
Cerrado (Pracuuba)	2	3,45	290,00	279,25
Cerrado (Tartarugalzinho)	4	6,90	662,22	610,96
Exploração mista Pecuária + Agricultura (Amapá)	1	1,72	833,33	770,94
Exploração mista Pecuária + Agricultura (Macapá)	1	1,72	4000,00	3540,55
Exploração mista Pecuária + Agricultura (Porto Grande)	1	1,72	6315,79	3715,99
Floresta (Ferreira Gomes)	2	3,45	2209,75	1551,20
Floresta (Pracuuba)	1	1,72	200,00	193,23
Floresta (Santana)	1	1,72	1120,00	524,96
Pecuária bovina de leite (Santana)	1	1,72	7088,61	4491,08
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Amapá)	1	1,72	1440,00	882,41
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Calçoene)	2	3,45	1040,00	432,10
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Macapá)	1	1,72	3636,36	1503,11
Pecuária bovina em pastagem de baixo suporte (Santana)	1	1,72	1117,10	1099,93
Piscicultura (Macapá)	2	3,45	7828,57	3666,21
Total do MRT	58	100	2377,98	1772,25

Na Tabela 15 são apresentadas as tipologias relacionadas com os tipos: Oferta (OF), Negócio Realizado (NR) e Opinião Fundamentada (OPF); bem como a quantidade de elemento amostral e seus respectivos percentuais.

Observa-se que a maior parte das amostras coletadas em campo, ou seja, 48 (82,76%), são de imóveis ofertados.

Tabela 15 - Tipo, número e porcentagem de elementos amostrais por tipologia

MRT Leste			
Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santarém			
Tipologias	Tipo de Elem.	Nº de Elem.	% de Elem.
Geral	NR	5	8,62
	OF	48	82,76
	OPF	5	8,62
1º Nível Categórico			
Agricultura	NR	5	15,63
	OF	23	71,88
	OPF	4	12,50
Cerrado	NR	0	0,00
	OF	11	100,00
	OPF	0	0,00
Floresta	NR	0	0,00
	OF	4	100,00
	OPF	0	0,00
Pecuária	NR	0	0,00
	OF	6	100,00
	OPF	0	0,00
2º Nível Categórico			
Agricultura Diversificada	NR	4	14,81
	OF	21	77,78
	OPF	2	7,41
Pecuária Bovina em Pastagem de Baixo Suporte	NR	0	0,00
	OF	5	100,00
	OPF	0	0,00
3º Nível Categórico			
Agricultura de grãos (Sudeste)	NR	1	20,00
	OF	2	40,00
	OPF	2	40,00
Agricultura Diversificada (Macapá)	NR	1	12,50
	OF	7	87,50
	OPF	0	0,00
Agricultura Diversificada (Porto Grande)	NR	2	16,67
	OF	9	75,00
	OPF	1	8,33
Agricultura Diversificada (Sudeste)	NR	1	11,11
	OF	8	88,89
	OPF	0	0,00
Cerrado (Centro-norte)	NR	0	0,00
	OF	7	100,00
	OPF	0	0,00
Cerrado (Tartarugalzinho)	NR	0	0,00
	OF	4	100,00
	OPF	0	0,00

7.1.3 Comportamento do MRT Leste

Este é o terceiro RAMT elaborado na Superintendência Regional do INCRA/AP, sendo que o primeiro foi publicado em 2014 (INCRA/AP, 2013) e o segundo em 2016 (INCRA/AP, 2015). Anteriormente, referências sobre o valor de terras no Estado, somente as contidas nas Pautas de Valores de Terra Nua da SR-21/AP dos anos de 2008 e anteriores, que apresentavam dados de VTN com preços diferenciados por município, o que difere da atual PPR, na qual os preços são classificados por tipologia de uso e por mercados regionais.

Ressalte-se, ainda, que a análise comparativa quanto à liquidez do mercado não foi realizada em virtude da indisponibilidade de informações quanto à Velocidade de Venda (VV), que é a média de meses para realizar a venda dos imóveis transacionados.

Dessa forma, em termos de “liquidez”, o único item possível de citação, trata-se das amostras oriundas de “Negócios Realizados” (Tabela 16).

Tabela 16 - Número de amostras de Negócios Realizados (NR) por mês no MRT Leste.

MRT Leste	
Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuba, Santana	
Mês/Ano	Nº de Elementos
Novembro/2017	0
Dezembro/2017	0
Janeiro/2018	1
Fevereiro/2018	1
Março/2018	1
Abril/2018	0
Maio/2018	1
Junho/2018	0
Julho/2018	0
Agosto/2018	0
Setembro/2018	1
Outubro/2018	0
Novembro/2018	0
Total do MRT	5

7.1.4 Planilha de Preços Referenciais do MRT Leste

Entre as tipologias que formaram mercado definido, em terceiro nível categórico, o

maior VTI foi de “Agricultura de Grãos (Sudeste)”, com preço médio de R\$ 5.842,75 ha⁻¹ (Tabela 17). Outras tipologias com maiores valores, também em terceiro nível categórico, são Agricultura Diversificada (Macapá) com VTI de R\$ 1.764,39 ha⁻¹ e Agricultura Diversificada (Sudeste) com VTI de R\$ 1.623,8 ha⁻¹. Ressalta-se que quando se observa os dados brutos, sem tratamento estatístico (Tabela 14), os valores médios são diferentes.

De maneira geral, observa-se o aumento de 16,87% no preço de valor de terras quando comparado à PPR de 2016. Além disso, destaca-se a diminuição acentuada do valor da Tipologia Cerrado, aumento acentuado da Tipologia Pecuária e o valor muito alto da Tipologia Agricultura de Grãos, consequência do crescente plantio de soja e outras culturas.

Tabela 17 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Leste - Valor Total do Imóvel.

Planilha de Preços Referenciais do MRT Leste

Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho.

Tipologias	Nº de Elem.	VTI ¹	CV ²	Campo de Arbítrio ³	
				Inferior	Superior
Geral	50	1294,37	65,18	872,53	1716,21
1º Nível Categórico					
Agricultura	27	1251,15	50,92	932,61	1569,69
Cerrado	10	701,18	51,24	521,54	880,82
Floresta	4	1434,87	68,49	943,50	1926,24
Pecuária	5	1654,69	68,46	1088,29	2221,09
2º Nível Categórico					
Agricultura Diversificada	24	1142,06	46,10	878,82	1405,30
Pecuária Bovina em Pastagem de Baixo Suporte	4	1159,28	23,58	1022,60	1295,96
3º Nível Categórico					
Agricultura de Grãos (Sudeste)	5	5842,75	71,84	3744,03	7941,47
Agricultura Diversificada (Macapá)	7	1764,39	95,94	918,01	2610,77
Agricultura Diversificada (Porto Grande)	12	1271,34	39,52	1020,12	1522,56
Agricultura Diversificada (Sudeste)	8	1623,84	99,57	815,41	2432,27
Cerrado (Centro-norte)	7	575,56	44,39	447,81	703,31
Cerrado (Tartarugalzinho)	4	749,63	16,95	686,10	813,16

¹Valor Total do Imóvel (R\$/ha); ²Coefficiente de Variação (%); ³(R\$/ha)

Centro-norte: Amapá, Calçoene, Pracuuba e Tartarugalzinho.

Sudeste: Itaubal, Macapá e Santana.

Tabela 18 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Leste - Valor de Terra Nua.

Planilha de Preços Referenciais do MRT Leste

Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho.

Tipologias	Nº de Elem.	VTN ¹	CV ²	Campo de Arbítrio ³	
				Inferior	Superior
Geral	49	857,03	63,04	586,89	1127,17
1º Nível Categórico					
Agricultura	27	849,05	65,84	569,54	1128,56
Cerrado	10	660,95	56,21	475,19	846,71
Floresta	4	955,15	77,89	583,17	1327,13
Pecuária	5	869,93	52,75	640,49	1099,37
2º Nível Categórico					
Agricultura Diversificada	23	668,16	42,49	526,21	810,11
Pecuária Bovina em Pastagem de Baixo Suporte	5	869,93	52,75	640,49	1099,37
3º Nível Categórico					
Agricultura de Grãos (Sudeste)	5	5333,30	74,29	3352,25	7314,35
Agricultura Diversificada (Macapá)	7	1401,96	106,89	652,68	2151,24
Agricultura Diversificada (Porto Grande)	12	649,45	48,50	491,96	806,94
Agricultura Diversificada (Sudeste)	8	1296,43	109,47	586,83	2006,03
Cerrado (Centro-norte)	7	543,19	42,21	428,55	657,83
Cerrado (Tartarugalzinho)	3	681,28	5,88	661,25	701,31

¹Valor de Terra Nua (R\$/ha); ²Coeficiente de Variação (%); ³(R\$/ha)

Centro-norte: Amapá, Calçoene, Pracuuba e Tartarugalzinho.

Sudeste: Itaubal, Macapá e Santana.

7.1.5 Perfil de Compradores e Vendedores do MRT Leste

No MRT Leste, as transações entre compradores e vendedores se concentram entre os moradores locais. Percebe-se maior interesse de agricultores oriundos de outros Estados por imóveis localizados em áreas de cerrado com a intenção de aquisição de terras para plantio de grãos (soja, arroz, milho e feijão), sendo observadas algumas propriedades rurais já estabelecidas e estruturadas para esta atividade. Possivelmente, empreendimentos de infraestrutura, como a instalação do terminal de grãos na Ilha de Santana, tem influenciando o mercado de terras na região, o que pode justificar os valores mais elevados para a Tipologia Agricultura de Grãos (Sudeste).

7.1.6 Custo por Família do MRT Leste

Levando em consideração que desde 1987 esta Superintendência Regional do INCRA só criou Projetos de Assentamento em terras públicas, ou seja, sem ônus na obtenção do imóvel, o cálculo de custo por família foi simplificado utilizando a média da área dos lotes dos Projetos, multiplicada pelo VTI/ha do MRT e seus respectivos limites inferior e

superior. Vale ressaltar que para os Projetos do tipo PAE, PDS e RESEX, que não possuem lotes individualizados, a média foi calculada dividindo a área total pela capacidade de unidades familiares total. Assim, este foi o resultado com base na média de 66,6646 ha por Família:

- Custo por Família no MRT Leste: **R\$ 86.288,66**

Limite Inferior: R\$ 58.166,86

Limite Superior: R\$ 114.410,45

7.2 Mercado Regional de Terras Oeste (MRT Oeste)

7.2.1 Tipologias de Uso

A seguir estão listadas as tipologias do MRT Oeste, definidas em consonância com a pesquisa de campo (Tabela 19).

Tabela 19 - Tipologias e seus respectivos Níveis Categóricos.

MRT Oeste

Abrangência: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória d

Tipologias	Nº de Elementos
Geral	35
1º Nível Categórico	
Agricultura	21
Floresta	12
Exploração Mista	1
Equinocultura	1
2º Nível Categórico	
Agricultura com Mandioca	6
Agricultura diversificada	15
3º Nível Categórico	
Agricultura com Mandioca (Mazagão)	2
Agricultura com mandioca (Laranjal do Jari)	4
Agricultura diversificada (Laranjal do Jari)	4
Agricultura diversificada (Mazagão)	2
Agricultura diversificada (Pedra Branca do Amapari)	4
Agricultura diversificada (Oiapoque)	4
Agricultura diversificada (Vitória do Jari)	1
Equinocultura (Laranjal do Jari)	1
Exploração Mista Pecuária + Agricultura (Laranjal do Jari)	1
Floresta (Laranjal do Jari)	4
Floresta (Mazagão)	4
Floresta (Serra do Navio)	3
Floresta (Vitória do Jari)	1

Descreve-se a seguir as características das tipologias, por nível categórico:

1º Nível Categórico

- **Agricultura:** imóvel rural com produção vegetal oriunda de plantio de qualquer cultura agrícola com fins comerciais;
- **Floresta:** imóvel rural com Floresta Amazônica nativa e sem culturas implantadas;
- **Exploração mista:** imóvel rural com produção vegetal oriunda de plantio de qualquer cultura agrícola concomitante com produção animal com fins comerciais; e
- **Equinocultura:** imóvel rural com criação de equinos com fins comerciais.

2º Nível Categórico

- **Agricultura com mandioca:** imóvel rural com predominância da cultura da mandioca com fins comerciais; e
- **Agricultura diversificada:** imóvel rural com produção de culturas perenes (basicamente fruticultura) e/ou temporárias (principalmente mandioca e abacaxi), sem predominância de uma espécie, com fins comerciais.

3º Nível Categórico

No terceiro nível categórico é acrescido, juntamente ao segundo ou terceiro níveis, a localização dentro do MRT, podendo ser o município ou a região.

7.2.2 Resultados da Pesquisa no MRT Oeste

No MRT Oeste foi obtido um total de 35 (trinta e cinco) elementos para o tratamento estatístico (Tabela 20). Ressalta-se que inicialmente o número de elementos era maior, no entanto, alguns foram descartados por apresentarem área inferior à metade do Módulo Fiscal, imprecisões de dados e imóveis sem destinação agrícola.

O menor número de amostras obtidas no MRT Oeste, comparado ao MRT Leste, justifica-se pelo fato do Oeste abranger uma porção bem menor da área efetivamente agrícola do Estado, pois grande parte de seu território é afetada por áreas legalmente protegidas; além de apresentar menor densidade demográfica.

Nessa tabela são apresentados o número e o percentual de elementos, bem como a média dos valores de VTI e VTN por tipologia.

Tabela 20 - Número, porcentagem de elementos e média de VTI e VTN por tipologia.

MRT Oeste

Abrangência: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.

Tipologias	Nº de Elementos	% Rel. ao Total	VTI (R\$/ha)	VTN (R\$/ha)
Agricultura com mandioca (Laranjal do Jari)	4	11,43	546,75	297,49
Agricultura com Mandioca (Mazagão)	2	5,71	1936,67	946,84
Agricultura diversificada (Laranjal do Jari)	4	11,43	1931,25	1092,51
Agricultura diversificada (Mazagão)	2	5,71	1890,00	1455,38
Agricultura diversificada (Oiapoque)	4	11,43	2171,67	1681,36
Agricultura diversificada (Pedra Branca do Amapari)	4	11,43	2313,75	1089,06
Agricultura diversificada (Vitória do Jari)	1	2,86	650,00	294,41
Equinocultura (Laranjal do Jari)	1	2,86	4273,74	2783,54
Exploração Mista Pecuária + Agricultura (Laranjal do Jari)	1	2,86	1170,00	979,51
Floresta (Laranjal do Jari)	4	11,43	1125,00	1062,27
Floresta (Mazagão)	4	11,43	1362,19	1068,17
Floresta (Serra do Navio)	3	8,57	1426,67	786,33
Floresta (Vitória do Jari)	1	2,86	1000,00	1000,00
Total do MRT	35	100		

Na Tabela 21 é apresentada a relação de tipologias com a quantidade de amostras (OF, OPF e NR), bem como a participação percentual de cada tipo de amostra no total da tipologia.

Observa-se que a maior parte das amostras coletadas a campo, ou seja, 29 (82,86%) compõem-se de imóveis que estão em oferta. Em seguida, aparecem as opiniões fundamentadas com 5, representando 14,29% das amostras. Por último estão os negócios realizados com apenas 1 amostra, evidenciando um mercado de terras pouco ativo.

Tabela 21 - Tipo, número e porcentagem de elementos amostrais por tipologia.

MRT Oeste

Abrangência: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitor

Tipologias	Tipo de Elem.	Nº de Elem.	% de Elem.
Geral	NR	1	2,86
	OF	29	82,86
	OPF	5	14,29
1º Nível Categórico			
Agricultura	NR	0	0,00
	OF	19	90,48
	OPF	2	9,52
Floresta	NR	1	1,37
	OF	8	10,96
	OPF	3	4,11
2º Nível Categórico			
Agricultura Diversificada	NR	0	0,00
	OF	14	93,33
	OPF	1	6,67
3º Nível Categórico			
Agricultura com Mandioca (Laranjal do Jari)	NR	0	0,00
	OF	4	100,00
	OPF	0	0,00
Agricultura com Mandioca (Sul)	NR	0	0,00
	OF	5	83,33
	OPF	1	16,67
Agricultura Diversificada (Laranjal do Jari)	NR	0	0,00
	OF	4	100,00
	OPF	0	0,00
Agricultura Diversificada (Oiapoque)	NR	0	0,00
	OF	4	100,00
	OPF	0	0,00
Agricultura Diversificada (Pedra Branca)	NR	0	0,00
	OF	3	75,00
	OPF	1	25,00
Agricultura Diversificada (Sul)	NR	0	0,00
	OF	7	100,00
	OPF	0	0,00
Floresta (Laranjal do Jari)	NR	0	0,00
	OF	2	50,00
	OPF	2	50,00
Floresta (Mazagão)	NR	0	0,00
	OF	4	100,00
	OPF	0	0,00
Floresta (Sul)	NR	0	0,00
	OF	6	66,67
	OPF	3	33,33

7.2.3 Comportamento do MRT Oeste

Apesar de ser observado aumento do preço de valor de terras em comparação à PPR de 2016, o mercado apresenta poucas transações de compra e venda.

A análise comparativa quanto a liquidez deste mercado também não foi realizada em virtude da indisponibilidade de informações quanto à Velocidade de Venda (VV), que é a média de meses para realizar a venda dos imóveis transacionados.

Dessa forma, em termos de “liquidez”, o único item possível de citação, trata-se das amostras oriundas de “Negócios Realizados”, com apenas 1 amostra (Tabela 22).

Tabela 22 - Número de amostras de Negócios Realizados (NR) por mês no MRT Oeste.

MRT Oeste	
Abrangência: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari	
Mês/Ano	Nº de Elementos
Novembro/2017	0
Dezembro/2017	0
Janeiro/2018	0
Fevereiro/2018	0
Março/2018	0
Abril/2018	0
Maio/2018	1
Junho/2018	0
Julho/2018	0
Agosto/2018	0
Setembro/2018	0
Outubro/2018	0
Novembro/2018	0
Total do MRT	1

7.2.4 Planilha de Preços Referenciais do MRT Oeste

Entre as tipologias que formaram mercado definido, em terceiro nível categórico, o maior VTI foi da “Agricultura Diversificada (Pedra Branca)”, com valor de R\$ 2.313,75 ha⁻¹ (Tabela 23). O menor valor encontrado foi de R\$ 369,00 ha⁻¹ para a tipologia “Agricultura com Mandioca (Laranjal do Jari)”, mesma tipologia com menor valor na PPR anterior.

De maneira geral, observa-se o aumento de 49,68% no preço de valor de terras quando comparado à PPR de 2016. Além disso, a única tipologia que teve o preço de

valor de terras menor foi “Agricultura com Mandioca (Laranjal do Jari)” e destaca-se o aumento do número de tipologias com mercado definido em terceiro nível categórico de 2 em 2016 para 9 em 2019.

Tabela 23 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Oeste - Valor Total do Imóvel.

Planilha de Preços Referenciais do MRT Oeste

Abrangência: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.

Tipologias	Nº de Elem.	VTI ¹	CV ²	Campo de Arbitrio ³	
				Inferior	Superior
Geral	35	1623,70	69,20	1061,90	2185,50
1º Nível Categórico					
Agricultura	21	1721,76	69,15	1126,46	2317,06
Floresta	12	1269,06	56,43	910,99	1627,13
2º Nível Categórico					
Agricultura Diversificada	15	2006,44	55,27	1451,96	2560,92
3º Nível Categórico					
Agricultura com Mandioca (Laranjal do Jari)	3	369,00	28,13	317,10	420,90
Agricultura com Mandioca (Sul)	5	545,40	58,03	387,15	703,65
Agricultura Diversificada (Laranjal do Jari)	4	1931,25	52,97	1419,76	2442,74
Agricultura Diversificada (Oiapoque)	3	1455,56	14,00	1353,67	1557,45
Agricultura Diversificada (Pedra Branca)	4	2313,75	50,85	1725,48	2902,02
Agricultura Diversificada (Sul)	7	1736,43	56,77	1243,54	2229,32
Floresta (Laranjal do Jari)	4	1125,00	50,99	838,18	1411,82
Floresta (Mazagão)	4	1362,19	83,58	792,93	1931,45
Floresta (Sul)	9	1216,53	65,25	819,64	1613,42

¹Valor Total do Imóvel (R\$/ha); ²Coeficiente de Variação (%); ³(R\$/ha)

Sul: Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari.

Tabela 24 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) do MRT Oeste - Valor de Terra Nua.

Planilha de Preços Referenciais do MRT Oeste

Abrangência: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.

Tipologias	Nº de Elem.	VTN ¹	CV ²	Campo de Arbitrio ³	
				Inferior	Superior
Geral	35	1068,12	67,25	708,96	1427,28
1º Nível Categórico					
Agricultura	21	1035,26	70,65	669,55	1400,97
Floresta	12	990,06	59,36	696,21	1283,91
2º Nível Categórico					
Agricultura Diversificada	14	1119,09	45,62	863,83	1374,35
3º Nível Categórico					
Agricultura com Mandioca (Laranjal do Jari)	4	297,49	104,19	142,51	452,47
Agricultura com Mandioca (Sul)	5	292,37	91,90	158,03	426,71
Agricultura Diversificada (Laranjal do Jari)	4	1092,51	49,11	824,24	1360,78
Agricultura Diversificada (Oiapoque)	3	1245,28	14,91	1152,44	1338,12
Agricultura Diversificada (Pedra Branca)	3	773,04	11,30	729,36	816,72
Agricultura Diversificada (Sul)	7	1082,17	53,95	790,25	1374,09
Floresta (Laranjal do Jari)	4	1062,27	53,87	776,15	1348,39
Floresta (Mazagão)	4	1068,17	86,11	608,27	1528,07
Floresta (Sul)	9	1057,97	62,74	726,08	1389,86

¹Valor de Terra Nua (R\$/ha); ²Coeficiente de Variação (%); ³(R\$/ha)

Sul: Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari.

7.2.5 Perfil de Compradores e Vendedores do MRT Oeste

No MRT Oeste foi encontrado somente um elemento de Negócio Realizado e a maioria das amostras coletadas são Ofertas. Praticamente a totalidade dos imóveis ofertados é formada por produtores da região e outra pequena parte por empresários de outros ramos residentes na região, interessados em expandir suas atividades econômicas.

Ressalta-se que na região de Oiapoque houve relatos de aquisição de terras por parte de franceses residentes na Guiana Francesa, no entanto, nas amostras coletadas não foi identificado nenhum negócio por estrangeiros.

Também houve informações de que garimpeiros brasileiros, que exploram ouro na região de Oiapoque, Calçoene, Guiana Francesa e Suriname, são frequentes compradores de terras, como investimento dos rendimentos obtidos com a atividade de mineração, porém também não foi diagnosticado esse perfil na pesquisa.

7.2.6 Custo por Família do MRT Oeste

Considerando as justificativas do item 7.1.6, este foi o resultado com base na média de 177,1361 ha por Família:

- Custo por Família no MRT Oeste: **R\$ 287.615,89**

Limite Inferior: R\$ 188.100,82

Limite Superior: R\$ 387.130,95

O Custo por Família do MRT Oeste foi mais que o triplo em comparação ao MRT Leste, mas isto se deve pela existência de dois grandes Projetos neste mercado: O PAE Maracá e a RESEX Rio Cajari, que somam mais de 1 milhão de hectares e elevam a média da área ocupada pela unidade familiar. Assim, o custo para implantação de um assentamento tradicional neste MRT será muito menor se os lotes forem menores do que a média atual.

7.1 Média Geral de Preço de Terras para o Estado do Amapá (Área de Abrangência da Superintendência Regional do INCRA - AASR)

As médias de VTI, em R\$ ha⁻¹, após tratamento estatístico, para os Mercados Leste e Oeste, foram respectivamente, 1.294,37 (tabela 17) e 1.623,70 (tabela 23). O MRT Leste ocupa uma área correspondente a 40,53% da área do Estado, e o MRT Oeste, uma área de 59,47%.

Essas dados foram utilizados na fórmula a seguir para se obter o VTI médio da AASR:

$$\text{Média AASR} = (\text{Média MRT Leste} \times \text{Fator Leste}) + (\text{Média MRT Oeste} \times \text{Fator Oeste})$$

$$\text{Média AASR} = (1294,37 \times 0,4053) + (1623,70 \times 0,5947)$$

$$\text{Média AASR} = \text{R\$ } 1490,22 \text{ ha}^{-1}.$$

Assim, a média geral de VTI da área de abrangência desta SR, que corresponde a todo o Estado, é de **R\\$ 1490,22 ha⁻¹**.

Já as médias de VTN, em R\$ ha⁻¹, após tratamento estatístico, para os Mercados Leste e Oeste, foram respectivamente, 857,03 (tabela 18) e 1.068,12 (tabela 24). Utilizando a mesma fórmula acima, temos:

$$\text{Média AASR} = (\text{Média MRT Leste} \times \text{Fator Leste}) + (\text{Média MRT Oeste} \times \text{Fator Oeste})$$

$$\text{Média AASR} = (857,03 \times 0,4053) + (1068,12 \times 0,5947)$$

$$\text{Média AASR} = 982,57 \text{ R\$ ha}^{-1}.$$

Assim, a média geral de VTN da área de abrangência desta SR, que corresponde a todo o Estado, é de **R\\$ 982,57 ha⁻¹**.

8 Referência Bibliográfica

Atlas de Unidades de Conservação do Estado do Amapá. <Disponível <http://www.mrap.ap.gov.br/download/107-atlas-das-unidades-de-conservacao-do-estado-do-amapa>>. Acessado em 02/05/2016.

COSTA NETO, S. V. da e SILVA, M. S. da. Vegetação. <Disponível em: http://www.iepa.ap.gov.br/estuario/arq_pdf/vol_1/cap_5_vegetacao_atual.pdf>. Acessado em mai/2016

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -Embrapa. Integração Lavoura-Pecuaria-Floresta: dia-de-campo-da-soja, 2014. <Disponível em <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/busca-de-noticias/-/noticia/2010451/ii-dia-de-campo-da-soja-reune-produtores-e-extensionistas-do-amapa>>. Acessado em 28/03/2016.

Fundação Nacional do Índio - FUNAI, [200?]). <Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terrass-indigenas>> Acessado em 28/04/2016

Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – FAPUR: A socieconomia e o setor florestal do Estado do Amapá (diagnóstico). 2013.

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA. Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá. Macapá. 2010. 150p.

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA. Estrutura e dinâmica socioeconômica, [200?]. <Disponível em http://www.iepa.ap.gov.br/estuario/arq_pdf/vol_3/cap_4_estrutura_e_dinamica_socio_economica>. Acessado em 04/05/2016.

Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE. <Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>>. Acessado 13/03/2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA: **Manual de Obtenção de Terras e Perícias Judiciais**. 2014. 140p.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. Superintendência Regional no Amapá. Planilha de Preços Referências 2008.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá/ RAMT-AP. 2013.

SALGADO, M. S.; ASSUNÇÃO, D. E. P.; SANCHES, F.B. O estado do amapá: considerações sobre a formação territorial recente. Anais do XVI encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. <Disponível em <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3493>. Acessado 05/05/2016.

SOUSA, Walter P. de; EULER, Ana Margarida C. Diagnóstico do Setor Produtivo e da Comercialização da Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) no Território Sul do Amapá IV Congresso Brasileiro de Agroecologia/ II Congresso Latino Americano de Agroecologia – 09 a 12 de Novembro de 2009. Curitiba Paraná Brasil.

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Potencialidades regionais estado do Amapá. 56p. 1999

TAVARES-DIAS, M. Piscicultura continental no Estado do Amapá: diagnóstico e Perspectivas. Embrapa: Boletim de pesquisa e desenvolvimento. Macapá/AP. 2011.